

LADISLAU DOWBOR

O PÃO NOSSO DE CADA DIA



PROCESSOS PRODUTIVOS
NO BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O PÃO NOSSO DE CADA DIA

PROCESSOS PRODUTIVOS
NO BRASIL

LADISLAU DOWBOR



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2015

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilfada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Mayara Fernandes e Elaine Andreotti

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: MorgueFile

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D744p Dowbor, Ladislau.
O pão nosso de cada dia : processos produtivos no Brasil / Ladislau Dowbor. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
144 p. : il. ; 19 cm.

ISBN 978-85-7643-266-1

1. Economia - Brasil. 2. Processos produtivos - Brasil. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDU 33(81)
CDD 330.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5 PREFÁCIO
- 9 INTRODUÇÃO
- 19 A PRODUÇÃO MATERIAL
- 45 AS INFRAESTRUTURAS
- 69 SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO
- 99 AS POLÍTICAS SOCIAIS
- 133 TROCANDO EM MIÚDOS:
SISTEMAS DIFERENCIADOS E
COMPLEMENTARES DE GESTÃO
- 139 SUGESTÕES DE LEITURA
- 141 ÁREAS E SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA
- 143 SOBRE O AUTOR

PREFÁCIO

As economias mistas público-privadas, caracterizadas por modelos diferentes de articulação entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento, constituem uma categoria central para a compreensão do funcionamento do mundo contemporâneo. Por muito tempo ainda, estamos condenados a viver em economias mistas público-privadas, divergindo com respeito às formas de articulação entre essas duas esferas da vida social.

O ensaio de Ladislau Dowbor propõe alternativas de desenvolvimento para a economia brasileira, que, pelo seu tamanho e dinamismo, há de influenciar o futuro das demais sociedades latino-americanas, africanas e asiáticas.

Não resta dúvida de que os conceitos da economia mista público-privada, dos mecanismos de regulação e do planejamento democrático do desenvolvimento têm um futuro rico à sua frente, como demonstra de maneira tão persuasiva este livro, que busca armar os cidadãos com ferramentas indispensáveis à melhor compreensão e transformação do mundo em que vivemos.

Ignacy Sachs

NÃO BASTA DIZER QUE UM OUTRO MUNDO
É POSSÍVEL.

PRECISAMOS MOSTRAR QUE UMA OUTRA GESTÃO
É POSSÍVEL.

O QUE PROPOMOS TEM DE FUNCIONAR.

INTRODUÇÃO

Estamos acostumados a entender muito pouco de economia. O que é estranho, porque somos diariamente bombardeados com análises econômicas, com doudas explicações sobre por que o mercado “está nervoso”, sobre por que as coisas dão certo ou não, ou por que de repente nos encontramos sem emprego e sem renda. Mas na realidade não é tão complicado assim, se assumirmos como ponto de partida que o que interessa é a nossa qualidade de vida, passando com isso a ter como separar o joio do trigo, o que é objetivo real e o que é defesa demagógica de interesses particulares.

Os mecanismos econômicos, afinal, não são tão complicados assim. O que complica é que, segundo os interesses e a vontade de se apropriar de um pedaço maior do bolo, ouvimos explicações contraditórias para cada coisa que acontece. O banqueiro diz que precisa subir os juros para ganhar mais, pois isso permite que ele invista e dinamize a economia para o bem de todos. O trabalhador diz que precisa ganhar mais, pois isso estimula a demanda, o que por sua vez gera investimentos e dinamiza a economia para todos. Todos querem, evidentemente, o bem de todos, se possível justificando a apropriação do maior pedaço possível para si. Entra aqui, naturalmente, um pouco

de julgamento de valor moral. Eu, francamente, acho mais legítimos os interesses dos trabalhadores do que dos banqueiros. Banco é atividade de meio, e os meios têm de se adequar aos fins, que é a vida digna de todas as famílias.

Muitos simplesmente desistem de entender, imaginam uma complexidade acima da sua compreensão. No entanto, trata-se do nosso dinheiro, da nossa sociedade, dos nossos empregos. Enquanto deixarmos a compreensão da economia para os especialistas, são os interesses deles, e dos que os empregam, que irão prevalecer. A democratização da economia e da própria compreensão do seu funcionamento é fundamental. Precisamos de muito mais gente que entenda como se pode realmente equilibrar as coisas.

A mídia sem dúvida não ajuda e, curiosamente, ainda que a nossa vida dependa tanto do andamento da economia, nunca tivemos na escola uma só aula sobre os seus mecanismos. Nenhuma aula sobre como funciona, por exemplo, o dinheiro, esse poderoso estruturador da sociedade. A televisão atinge hoje 97% dos domicílios: seria tão difícil assim gerar uma sociedade mais informada, em vez de nos massacrar com bobagens e fundamentalismos ideológicos?

Este pequeno livro busca ajudar quem quer entender sem querer se tornar um comentarista. Não haverá neste texto nenhuma equação, nenhuma econometria. E tampouco haverá simplificações ideológicas. Iremos descrever aqui os desafios, ponto por ponto, apontando dificuldades e soluções. E como o texto completo está disponível na internet, com livre acesso, qualquer leitor poderá se manifestar, sugerir complementos e correções.

Este livro é muito pequeno se comparado com os tratados de economia que vemos nas estantes das livrarias. Não irá, portanto, ensinar tudo, mas sim os mecanismos básicos, que cada um poderá detalhar segundo as suas experiências e conhecimentos complementares. Todos nós temos o ponto de partida essencial, que é a vivência de como somos recompensados ou depenados segundo as circunstâncias. Portanto, temos a matéria-prima, e, ao vermos o quadro mais amplo, as coisas se encaixam e passam a fazer sentido. Sugiro uma leitura tranquila, passo a passo, e a releitura, pois aqui, mais que o detalhe, interessa a visão de conjunto.

A economia não é propriamente um “setor” de atividades, como educação ou agricultura, e sim uma dimensão de todas as nossas atividades. Tem dimensão econômica a latinha de cerveja que alguém joga na rua, e que outro terá de apanhar. Ou a escola que escolhemos para os nossos filhos, ou ainda a obesidade que se gera com certos tipos de comida. Quem limpa a rua terá de ser pago, da qualidade da escola depende a produtividade futura, a obesidade irá gerar custos na saúde. Fazemos economia o dia inteiro, ou até à noite, mesmo que a dimensão econômica frequentemente nos escape. A economia, nesse sentido, constitui um movimento que resulta do conjunto de iniciativas dos mais variados setores, e temos de ter uma noção da contribuição de cada um.

A economia está impregnada de ideologias, contaminada por preconceitos. Este ponto é importante e vai nos fazer entender, por exemplo, por que o motorista apressado tem ódio do corredor de ônibus, ou por que os acionis-

tas de um grupo econômico que poderiam lucrar com um *shopping* ficam escandalizados que uma área verde sirva apenas como espaço gratuito de lazer. Mas a economia que funciona não se resolve no ódio, e sim na harmonização razoavelmente equilibrada dos diversos interesses.

Essa harmonização não significa uma abordagem neutra, pois enfrentamos aqui desequilíbrios antigos e novos, herdados e reproduzidos. Nos EUA, o salário de um administrador *top* de linha de uma instituição de especulação financeira é, aproximadamente, o mesmo que o de 17 mil professores de ensino primário (Russell Jacoby). Faz algum sentido? Nenhum sentido ético, pois o trabalho do professor é muito intenso, e nenhum sentido econômico, pois o professor multiplica conhecimentos, enquanto o especulador multiplica falências. No entanto, é o que prevalece, e o importante não é odiar o especulador – há inúmeros candidatos para ocupar o seu lugar –, e sim entender como o sistema se deforma e permite tais absurdos.

No plano social, temos de entender como o 1% dos mais ricos do planeta se tornaram donos de 50% das riquezas produzidas por toda a sociedade. Como podemos ter 800 milhões de pessoas que passam fome quando o mundo produz, apenas de grãos, mais de um quilo por pessoa por dia? Como, com tantas tecnologias, um terço da humanidade ainda cozinha com lenha, e 1,3 bilhão sequer têm acesso à eletricidade? Esperar ter paz social, política equilibrada e um mundo em segurança nessas condições não faz muito sentido. Gente reduzida ao desespero reage de maneira desesperada: é simples assim.

No plano ambiental, podemos enfileirar um conjunto de tragédias que se avolumam, como o aquecimento global, o desmatamento, a perda de solo fértil, a ruptura das cadeias alimentares dos oceanos e outros processos acelerados de destruição, em que cada corporação busca arrancar o máximo para o seu proveito e o dos seus acionistas sem que ninguém consiga defender o bem comum. O relatório do WWF de 2014 mostra que em 40 anos, entre 1970 e 2010, destruímos 52% da fauna do planeta, com numerosas espécies já irremediavelmente extintas. Não ver o drama que se avoluma já não é questão de posicionamento político, mas de responsabilidade como ser humano.

No plano da organização econômica e financeira, chegamos ao absurdo de ter entre um terço e metade do valor do PIB mundial estocado em paraísos fiscais, fortunas que são aplicadas não em criar atividades econômicas, produzir coisas úteis, mas em gerar lucros especulativos. Como os lucros especulativos aumentam em ritmo muito superior ao do crescimento da economia real, temos aqui uma bola de neve e os mais ricos, que são os que jogam no mercado financeiro, aumentam a sua parte do bolo em ritmo crescente. E como nos paraísos fiscais não se paga impostos, ou apenas simbolicamente, geramos um processo completamente disfuncional, na linha do que tem sido chamado de financeirização da economia.

Neste tripé social, ambiental e econômico, basicamente estamos destruindo o planeta em proveito de uma minoria, sendo que essa minoria sequer consegue administrar os seus recursos para que tenhamos um desenvolvimento

econômico que faça sentido. Esses recursos, na realidade, são necessários para financiar políticas sociais inclusivas capazes de assegurar vida digna à imensa massa de pobres, e a reconversão tecnológica e organizacional que permita assegurar uma produção que não destrua o planeta. Para isso, evidentemente, temos de rever as regras do jogo.

A análise do funcionamento da economia que aqui apresentamos tem um objetivo que não é necessariamente o crescimento do PIB, mas a reconversão necessária para um desenvolvimento equilibrado. Aliás, é interessante constatar que, com um PIB de mais de US\$ 70 trilhões e 7,2 bilhões de habitantes, o que produzimos hoje em bens e serviços representa R\$ 7 mil por mês para cada família de quatro pessoas. Nosso problema não é produzir mais: é definir melhor o que produzir, para quem e com quais impactos para a sustentabilidade social e ambiental do planeta.

Neste pequeno livro, não visamos resolver todos os problemas, mas assegurar que o leitor tenha pontos de referência básicos para se situar. Fugindo às grandes generalizações, buscamos ir por partes, o que nos permitirá ver que não podemos buscar as mesmas formas de gestão para atividades tão distintas como a mineração, a educação ou a intermediação financeira, para dar alguns exemplos.

A economia moderna se tornou muito complexa para as grandes simplificações de outrora. De um lado havia os defensores do capitalismo, centrado na propriedade privada e regulado pela mão invisível do liberalismo empresarial, com a burguesia ditando os rumos em termos políticos. De outro lado, os defensores da economia estatizada, regulada

pelo planejamento central e com o controle político do proletariado. Hoje temos de enfrentar a complexidade de uma economia mista e a busca de soluções menos lineares.

Quando trabalhei no Ministério do Planejamento da Nicarágua, no tempo de Daniel Ortega, deparei-me com uma situação curiosa: os bens do ditador Somoza tinham sido estatizados; e foi desse modo que o governo herdou, entre outros, salões de beleza. O país será mais socialista porque o corte de cabelo é feito por um funcionário público? Dilema semelhante encontrei na Polônia socialista, onde as tentativas de gestão pública da agricultura familiar ou da pequena produção de camisas e outros bens de consumo corrente travaram o desenvolvimento, enquanto as áreas de saúde, educação, cultura, geridas segundo interesses públicos, formaram a base da prosperidade moderna.

Em outros termos, além das simplificações, e levando em conta as enormes transformações das últimas décadas, temos de pensar com cabeça mais fria o que funciona melhor e com que sistemas de gestão. Voltando ao exemplo, a Polônia foi, segundo o *Economist*, o país que melhor sobreviveu à crise. Os bancos não tinham sido privatizados, e os recursos das poupanças da população continuaram a ser geridos sobretudo por cooperativas como “caixas de poupança”. Balcerowicz, um dos grandes economistas poloneses, disse ironicamente que a Polônia foi salva por seu atraso financeiro; aliás, com soluções muito parecidas com as das *sparrkassen* (bancos comunitários locais) municipais, que geram quase dois terços da poupança da Alemanha, financiando as necessidades reais de cada região em vez de aplicar no cassino financeiro.

Em outros termos, o que aqui buscamos é ver, setor por setor, o que funciona melhor, conscientes de que há coisas que funcionam melhor com mercado, outras com planejamento central, outras ainda com planejamento participativo, e assim por diante. Estamos frente ao desafio real de equilibrar, numa economia que se diversificou, mecanismos de regulação variados e frequentemente articulados, tendo como pano de fundo, ou objetivo maior, a construção de sistemas democráticos e equilibrados de gestão.

Eu, francamente, que sou de uma geração que, graças aos militares, teve de viajar bastante, enfrentei a montagem de sistemas econômicos durante sete anos em diversos países africanos, além de contribuições tão diversificadas como na Mongólia, na China, no Equador, na Suíça, na Polônia e em muitos outros. Isso me fez duvidar bastante dos grandes caminhos retos, das grandes propostas que tudo igualam. Gostemos ou não, temos de olhar os problemas de mais perto.

Como a economia não é uma atividade em si, mas uma dimensão de todas elas, antes de entendê-la temos de entender as próprias atividades. Trabalharemos aqui com quatro grandes áreas: produção material, infraestruturas, serviços de intermediação e políticas sociais. Para dar um exemplo, um produtor de melancia exerce o seu esforço numa unidade agrícola de produção, mas depende de infraestruturas de energia e transporte para atingir o mercado; também precisará de intermediários para o financiamento e a comercialização; e nenhuma dessas atividades funcionaria sem políticas sociais, como educação e saúde, para tornar as pessoas informadas e produtivas. Conforme

o lugar onde “dói o calo”, as pessoas dizem que a grande solução está nas infraestruturas, outras dizem que é na educação, outras, ainda, que é na saúde... mas a realidade é que as quatro grandes áreas têm de funcionar de maneira equilibrada para que o conjunto funcione. A economia é um sistema de engrenagens articuladas.

A PRODUÇÃO MATERIAL

A produção material é a que mais conhecemos, pois vemos os produtos nas prateleiras, os prédios construídos. Basicamente, trata-se aqui de seis setores de atividade: agricultura e pecuária, exploração florestal, pesca, mineração, construção e indústria de transformação. Não vamos entrar aqui no detalhe de cada um dos setores, pois o exercício que propomos não é apontar todos os problemas e soluções, mas identificar as “peças” e as suas funções no conjunto. Descreveremos em cada setor apenas o suficiente para possibilitar a compreensão mais geral.

O importante, para nós, é que os setores de produção material se caracterizam geralmente por constituírem *unidades empresariais* do *setor privado* e reguladas por *mecanismos de mercado*. Dizemos “geralmente” pois existem também sistemas cooperativos, gestão comunitária, economia solidária, produção para autoconsumo e outras formas de organização, mas que raramente se tornaram dominantes na atualidade. Importante ainda é lembrar que em cada setor há atividades que se regem razoavelmente através de mecanismos de mercado, no livre jogo de interesses entre as empresas, mas que os sistemas de regulação e enquadramento por mecanismos públicos tornam-se cada vez mais importantes. Usa-se a imagem do passarinho na mão: se segurar com muita força esmaga,

mas se a mão ficar muito aberta, ele voa. Uma questão de equilíbrios. O mercado sozinho não resolve e não assegura o funcionamento adequado.

■ AGRICULTURA E PECUÁRIA

É natural vermos a agricultura como produção regulada pelo mercado. No entanto, a base da agricultura é solo e água, e ambos são recursos limitados. O Brasil tem uma imensa reserva subutilizada. Nesse país de 8,5 km², equivalentes a 850 milhões de hectares, temos cerca de 335 milhões de hectares em estabelecimentos agrícolas, dos quais 225 são efetivamente utilizados para a agricultura. Esse uso é muito diferenciado: na lavoura temporária, que é a que produz o essencial dos nossos alimentos, como arroz e feijão, utilizamos apenas 59 milhões de hectares. A lavoura permanente, como laranjais, apenas 6 milhões. O resto, 160 milhões de hectares, é ocupado por pastagens. Com pouco mais de um boi por hectare, trata-se de uma gigantesca subutilização do nosso recurso solo. Como, além disso, dispomos de 12% das reservas mundiais de água doce, ainda que distribuídos de maneira desigual, o Brasil tem um gigantesco potencial de expansão, representando, junto com as savanas africanas, a maior extensão mundial de solo agrícola parado (IBGE).

A subutilização está diretamente ligada à propriedade do solo. Basicamente, são 50 mil estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, ou seja 1% do total de estabelecimentos, concentram 43% da área (146,6 milhões de hectares). São os que mais subutilizam a terra. Além disso, como os grandes

empregam pouco, reforça-se a pressão demográfica sobre as cidades. O desafio, portanto, é em grande parte o de cumprir a Constituição, que define o uso social da propriedade rural. Quando gigantes financeiros se tornam proprietários que não usam nem deixar usar, há uma perda de produtividade sistêmica para o país. Aqui, o mercado não resolve; é preciso ter uma política, melhorar e aplicar as leis.

As pessoas ainda pensam frequentemente na agricultura como setor “primário”, de pouco valor agregado. Na realidade, com as tecnologias modernas, o solo pode constituir uma base de produção tão sofisticada como as máquinas na indústria. A PNAD de 2012 estima que 13 milhões de pessoas estejam ocupadas na agricultura no Brasil, no mesmo nível que a indústria. Com 7,2 bilhões de habitantes no mundo, e 80 milhões a mais a cada ano, a demanda por alimento, ração animal, fibra e bioenergia explode no planeta. Entre a expansão da demanda e o potencial subutilizado desenha-se uma visão estratégica. E só exportaremos em bruto se quisermos.

O Brasil herdou um setor de agricultura familiar que assegura cerca de três quartos da base alimentar do país. Usa o solo de maneira intensiva e ocupa pouca terra no seu conjunto. É um universo muito diferente dos gigantes do agronegócio, centrados na exportação, e diferente ainda dos que guardam a terra parada, com fins de especulação fundiária – atividade fragilmente disfarçada como “pecuária extensiva”. Com a pressão da demanda e o esgotamento das reservas mundiais de solo agrícola e água doce, um país como o Brasil, que tem essas reservas e não cobra im-

postos sobre a terra – o ITR, Imposto Territorial Rural, é uma ficção –, sofre hoje uma invasão de interesses internacionais. Aqui também, é indispensável uma política no sentido amplo. A economia não gosta de vácuo. O capital desinteressado não existe.

Assim, nesse setor, enquanto a produção pode ser regulada por mecanismos de mercado com variações do preço do milho, por exemplo, a política de acesso à base produtiva, que são o solo e a água, deve ser organizada e regulada. E temos ainda amplos caminhos de atividade de política econômica; por exemplo, generalizar o apoio tecnológico, comercial e financeiro à principal base rural que é a agricultura familiar, ou estimular o agronegócio a enfrentar a segunda revolução verde, com menos agrotóxicos e monocultura, maior valor agregado nos produtos antes de exportá-lo e incorporação da sustentabilidade nos processos produtivos.

O que se constata aqui, portanto, é uma necessidade de se articularem mecanismos de mercado com políticas públicas, com mais mercado na produção e mais política pública no acesso aos principais fatores da produção, como solo, água e tecnologia, além dos sistemas de financiamento e gestão de estoques de regulação. Simplificações do tipo “o mercado resolve” são míopes, pois não encaram a necessidade de um enfrentamento sistêmico dos desafios.

■ EXPLORAÇÃO FLORESTAL

A necessidade de articular economia e política torna-se mais clara ainda na área da exploração florestal. A madeira pode ser produzida, e o Brasil possui hoje grandes

plantações, essencialmente de pinus e eucalipto, ocupando cerca de 5 milhões de hectares. Essa atividade pode ser considerada agricultura de longo prazo. Mas o essencial do problema está na exploração da madeira nobre. E aqui o mecanismo de mercado emperra.

Quando se tira um pé de mogno no sul do Pará (ainda que clandestinamente desde 2001), move-se uma máquina internacional de interesses. Primeiro, um pé de mogno em pé é um capital natural de reprodução limitada. Quem o extrai não precisou produzi-lo, portanto trata-se mais de uma apropriação de valor do que de produção. Segundo, com as novas tecnologias (motosserras, tratores de esteira e semelhantes), a extração é dramaticamente acelerada. Terceiro, gerou-se uma máquina internacional de apropriação dessa riqueza, com fortes enraizamentos na política nacional e local, que literalmente tritura as tentativas de proteção. O resultado é que a madeira nobre em geral, e não apenas o mogno, desaparece aqui e no resto do mundo. Na África então, com governos frágeis e interesses internacionais poderosos, e na Indonésia, onde o governo é cúmplice, a devastação é dramática.

Aqui a economia busca claramente apropriar-se da política e das próprias leis. Podemos partir de um exemplo prático. A Friboi é da JBS, o maior grupo mundial na área de carne. O pesquisador Alceu Castilho constata: “Existe uma bancada da Friboi no Congresso, com 41 deputados federais eleitos e sete senadores. Desses 41 deputados financiados pela empresa, apenas um, o gaúcho Vieira da Cunha, votou contra as modificações no Código Florestal.

O próprio relator do código, Paulo Piau, recebeu R\$ 1,25 milhão de empresas agropecuárias, sendo que o total de doações para a sua campanha foi de R\$ 2,3 milhões. Então temos algumas questões. Por que a Friboi patrocinou essas campanhas? Para que eles votassem contra os interesses da empresa? É evidente que a Friboi é a favor das mudanças no Código Florestal. A plantação de soja empurra os rebanhos de gado para o Norte, para a Amazônia, e a Friboi tem muito interesse nisso. Será que é mera coincidência que somente um, entre 41 deputados financiados pela empresa, votou contra o novo código?”¹

A imagem do braço de ferro aqui é bastante útil. Em 2002, o Brasil desmatou 28 mil km² da floresta amazônica. Em 2014, foram cerca de 5 mil, o que representa ainda um desastre, mas também um grande avanço. O sistema do agro-negócio reagiu reforçando a bancada ruralista e conseguiu truncar o Código Florestal, tornando legal o que era crime ambiental. A eleição de 2014 reforçou mais ainda a bancada ruralista. A natureza não vota, não elege deputado federal. E desmatar é uma maneira muito rápida de chegar ao dinheiro.

Outro conceito que ajuda a entender os mecanismos é o de interesses articulados, de *clusters* de poder. O Arco do Fogo, assim chamado porque representa o avanço dos interesses econômicos sobre a Amazônia com queimadas, forma um arco que vai do Pará até o Acre. As madeiras se apropriam da madeira. Em seguida, mobilizam peões da região para fazer as queimadas, ação que limpa a terra

1. Alceu Castilho, Partido da Terra, <http://dowbor.org/2013/04/ha-um-sistema-politico-ruralista-no-brasil-afirma-autor-do-livro-partido-da-terra-abril-2012-6p.html/>.

e incorpora potássio ao solo, tornando-o temporariamente mais fértil, o que por sua vez mobiliza os interesses dos produtores e comercializadores da soja. Depois de alguns anos de monocultura, esses solos frágeis e sujeitos a chuvas torrenciais sem a proteção da vegetação tornam-se pouco produtivos, abrindo espaço para a pecuária extensiva. E o ciclo recomeça empurrando a fronteira de destruição.

Conglomerados nacionais e internacionais da madeira, da soja e da carne geram assim um *cluster* de interesses comuns; e com a lei de 1997 que autoriza o financiamento corporativo das campanhas eleitorais, a própria legislação é aparelhada/cooptada. Em 2014, a apropriação do processo legislativo pelas corporações foi questionada: a maioria do STF já considerou inconstitucional o financiamento corporativo das campanhas eleitorais. Tipicamente, um juiz “pediu vistas” no processo, o que impediu que fosse mudada a regra nas eleições de 2014. Vemos aqui como se articulam os interesses da madeira, da soja e da carne, apoiados pelos *traders* de *commodities* com a conivência do Legislativo e do Judiciário. Forma-se um *cluster* de poder difícil de ser enfrentado, já que o próprio poder regulador, o Estado, foi em grande parte apropriado.

O mecanismo econômico aqui é importante. Quanto mais as tecnologias avançam, mais caem os custos de extração, transporte e comercialização da madeira. E quanto mais escassas se tornam as madeiras nobres, mais se elevam os seus preços nos mercados internacionais. Estamos falando em milhares de dólares por tronco. O resultado é que, quanto mais uma espécie é ameaçada, mais as empresas ten-

tam extraí-las. Hoje o mogno tem extração controlada no Brasil, mas, como é muito lucrativo, o negócio continua de maneira clandestina, enquanto o grosso da extração legal se deslocou para o Peru, onde foi ainda mais fácil se apropriar das leis. Assim, quanto mais escassas, mais lucrativas são as espécies, e seu destino certo é a extinção.

Não há nenhuma maldade particular das empresas envolvidas, é apenas lógica econômica. Enquanto não houver sistemas públicos de limitação, e força suficiente para implementar a lei, a destruição deve continuar. Mas, se as empresas são suficientemente poderosas para comprar legisladores e tornar a destruição legal, não há limites. E o que aparece aqui com muita clareza é que não há como pensar a economia separada da política, nas suas diversas dimensões, incluindo aqui o papel da mídia e do judiciário.

■ PESCA

A pesca industrial confirma esses mecanismos. Temos de um lado a pesca artesanal tradicional, que emprega milhões de pessoas pelo mundo afora e que, pela escala de atividades, não prejudica a reprodução dos recursos pesqueiros, gera empregos e fornece proteínas preciosas para as populações litorâneas. De outro lado, ocorreu a expansão da pesca industrial, que usa grandes navios, sistemas GPS que permitem o mapeamento das rotas de cardumes, identificação de concentração de biomassa por satélite, enormes capacidades de estocagem de frio a bordo, grandes e resistentes redes, sistemas de dragagem das plataformas marítimas que capturam tudo que é vivo e deixam um deserto.

A lógica aqui é parecida com a da exploração das florestas. As novas tecnologias permitem a pesca em grande escala e com custos muito reduzidos. A pesca industrial ultrapassou 90 milhões de toneladas por ano. Não há vida oceânica que resista. E como há no mundo uma demanda crescente, enquanto o volume de pesca dos peixes comercialmente mais interessantes escasseia, os preços sobem. Aqui também vemos os custos caírem, enquanto os preços sobem no mercado, tornando o processo mais lucrativo. No estudo do WWF já mencionado, constatou-se a perda de 39% da fauna marítima entre 1970 e 2010, um desastre planetário.

Do ponto de vista da empresa, dirigida por pessoas formadas e que entendem tudo de pesca, as opções são limitadas: se uma empresa decidir limitar-se aos volumes de pesca sustentável – permitindo aos recursos pesqueiros se reconstituírem –, ela sabe que outra empresa irá buscar o mesmo peixe. É uma situação em que, enquanto não houver regras para todos, não haverá regras, apenas a exploração predatória.

No caso das florestas, há uma razoável possibilidade de regulação, pois as matas se situam em países com governos; e se estes puderem resistir às pressões das corporações, pode haver regulação, como é o caso, parcialmente, no Brasil. Mas nos mares, tirando as zonas exclusivas nas costas, ninguém regula as águas internacionais. E não há um governo mundial. Assistimos, assim, a sucessivas reuniões internacionais que pedem aos países interessados que limitem os volumes, mas os resultados são precários.

O que se conseguiu até agora foram algumas limitações sazonais, redução de extração de algumas espécies mais ameaçadas e formação de uma zona de proibição total de pesca no Pacífico, visando assegurar espaços para os peixes se reproduzirem. Mas, entre o avanço das tecnologias, o poder das corporações, os lucros gerados pela extração de uma riqueza que a corporação não precisou produzir e a frágil governança internacional, a luta é desigual.

Com a exaustão dos recursos, desenvolveu-se a produção de peixes em fazendas aquáticas, o *fish-farming*. Hoje quase a metade dos peixes comercializados vem de produção industrial em fazendas desse tipo. A lógica aqui é um tanto parecida com a das florestas plantadas, que ajudam, mas não resolvem. No caso das fazendas aquáticas, o problema é que o peixe é confinado e precisa ser alimentado, o que por sua vez exige a captura de peixes para fabricar a ração. O resultado é, por exemplo, o salmão que compramos no mercado, cuja cor característica se deve ao corante acrescentado, já que salmão em cativeiro não adquire naturalmente a cor do peixe solto na natureza. Ainda que muitos apresentem a criação em cativeiro como solução, a situação é bastante absurda, pois os mares e oceanos já representavam um gigantesco sistema natural de reprodução, não era preciso destruí-lo.

Ponto importante, o esgotamento dos recursos pesqueiros naturais e sua substituição por peixes criados em cativeiro destrói milhões de empregos da pequena pesca artesanal, e logo todos serão obrigados a comprar dos latifúndios aquáticos. As soluções econômicas nunca são apenas econômicas, sempre têm implicações sociais. Cerca de 300 milhões de pessoas vi-

vem, ou viviam, da pesca artesanal no mundo. É só acompanhar os seus relatos sobre a diminuição dos recursos nas costas para entender o drama.

Vemos aqui, indo de setor em setor, problemas bastante parecidos: a empresa naturalmente busca maximizar o lucro, e a concorrência de outras empresas a leva a acelerar a extração antes que outra empresa o faça. O solo, a água, a madeira, o peixe, todos são bens herdados da natureza, cujo custo de produção as empresas não tiveram de bancar. Passa então a prevalecer a lógica do mais forte, de quem chega primeiro. O belíssimo ébano está desaparecendo no Madagascar. A compra de imensas regiões com solo e água – na África, no Brasil, na Europa do Leste e outras regiões – por grandes corporações, apostando na futura valorização e no controle sobre recursos escassos, faz parte desta lógica.

O desafio da humanidade, que está fadada a aprender a limitar a exploração da natureza, é construir uma governança planetária – a fragilidade da ONU evidencia a dificuldade dessa construção – para contrapor as corporações planetárias e seus interesses ilimitados.

■ MINERAÇÃO

O caso da mineração deixa esse processo particularmente claro. Por definição, trata-se de recursos naturais, ou seja, da natureza. Não constituem propriedade no mesmo sentido em que sou proprietário da minha bicicleta porque a comprei. Os nababos da Arábia Saudita e de outros países esbanjam suas fortunas, constroem elefantes brancos com os *royalties* do seu petróleo. A minha bicicleta, eu trabalhei, ga-

nehei dinheiro e comprei. No caso do petróleo, estão simplesmente sentados em cima e vendem os direitos de extração. E se dizem *produtores* de petróleo como se fosse realmente um produto, e não o acúmulo natural que durou mais de cem milhões de anos. Trata-se aqui essencialmente de atividades extrativas, mais do que produtivas.

Recursos energéticos como carvão, petróleo e gás, minerais metálicos como ferro, zinco ou alumínio, não metálicos como fosfatos, minerais raros como o molibdênio e outros, tudo isso constitui, de certa forma, o sangue da economia moderna. E não nos colocamos muito a questão de como são apropriados, transformados e comercializados.

A dimensão política é aqui dominante. A forma como o Brasil resistiu à apropriação do petróleo pelas corporações multinacionais, ainda nos anos 1950, com a imensa campanha “O petróleo é nosso”, ou mesmo o enfrentamento das novas tentativas de privatização e a batalha pelo Pré-sal, fazem parte de uma consciência política nascente. Iniciativas semelhantes na Venezuela, na Bolívia, no Equador e outros países têm a ver não só com a eficiência da extração, mas sobretudo com quem se apropria do recurso, e com que fins.

Com uma penada, a propriedade do minério de ferro controlado pelo Estado através da Vale do Rio Doce foi entregue a um particular, Eike Batista, que fez fortuna vendendo um minério que nunca precisou produzir e que claramente pertence a um país, e não a um particular. Análises da negociata e das incompetências à parte, temos aqui de repensar a lógica do setor: é um recurso natural e não renovável. Constitui, nesse sentido, um bem comum,

cuja apropriação precisa ser baseada na lógica do interesse social e de longo prazo.

O problema é que é difícil pensar no longo prazo e no interesse social quando se é uma grande corporação, cujos acionistas exigem lucro em curto prazo, ainda mais quando muitos deles são, na realidade, grandes investidores institucionais, ou seja, bancos e fundos de investimento. Aqui tampouco adianta pensar em gente bem ou mal-intencionada. Um diretor de empresa que não maximiza os resultados no sentido estrito – lucro – terá vida curta na empresa.

Na corporação não mandam os técnicos e pesquisadores, e muito menos os responsáveis pelo departamento de responsabilidade social e ambiental com seus códigos de ética. Mandam os departamentos financeiro, jurídico e de *marketing*. E, por trás deles, os grupos financeiros que fixam, através dos seus representantes no conselho de administração, as metas financeiras a serem atingidas. Em inglês fica mais claro: não se preocupam com os *outcomes*, resultados amplos, econômicos, sociais e ambientais para todos nós, e sim com os *outputs*, ou seja, a produtividade imediata e os resultados para os acionistas.

Na área da mineração isso é bastante evidente. Golpes de Estado tentados ou realizados ocorreram recentemente na Líbia, no Oriente Médio, na Venezuela, no Equador, no Sudão, todos donos de amplas reservas de petróleo. A tragédia do Irã ocorre desde a ditadura instalada pelos britânicos e pelos americanos, ainda nos anos 1950, para impedir a nacionalização do petróleo – curiosamente na mesma época em que saíamos às ruas na campanha “O

petróleo é nosso”. A Arábia Saudita, onde as mulheres são proibidas de dirigir e onde se cortam as mãos de um autor de furto (hoje com bisturi), mas onde se permite tudo às corporações, é considerada como regime amigo e, portanto, democrático. De pai para filho.

Aqui há muito pouco espaço para mecanismos de mercado. Trata-se de gigantes corporativos mundiais; e são negociações políticas, intervenções armadas e sistemas de corrupção que definem as regras do jogo. O excelente relato do ex-economista John Perkins, que foi chefe de uma grande corporação da área, apresenta de forma clara como se dão as negociações e se configuram as regras do jogo. Sempre há referência ao “mercado” de minérios ou de energia, porque o nome *mercado* faz parecer que há concorrência; o que há na verdade são as rasteiras, mas no conjunto um jogo onde o melhor ganha. Na realidade não há concorrência, no sentido econômico, de numerosas unidades competindo para prestar o melhor serviço; o que há são relações de poder, uso de exércitos oficiais ou privados (no Iraque, o sistema terceirizado de corporações militares privadas, como *Blackwater*, é maior do que o aparato propriamente militar). Não há nenhuma lei econômica que explique que no decorrer de uma década o preço do barril de petróleo tenha dançado entre 17 e 148 dólares, e durante um mês entre 120 e 60 dólares. Nem a oferta nem a demanda poderiam variar dessa maneira.

Veremos mais adiante como funciona a parte comercial das *commodities* desse tipo. O que a visão de conjunto do setor nos aponta é uma guerra planetária crescente

por recursos que estão mingando enquanto a demanda mundial se amplia; e os impactos indiretos, como o aquecimento global, se agravam. As futuras gerações, que serão privadas dos recursos esgotados mas herdarão os impactos ambientais, evidentemente não estão aqui para votar. A nossa democracia ainda é bem tímida.

■ CONSTRUÇÃO

Estamos aqui apresentando de modo breve os diversos setores porque não se pode falar de “ciência econômica” no abstrato, sem entender as engrenagens. De certa forma, é melhor partir de como funcionam os setores concretos de atividade para depois gerar uma visão de conjunto e entender as articulações. Grande parte do debate econômico se dá sobre generalidades muito amplas para serem significativas. Afloram facilmente os ódios ideológicos, daí é o fígado que fala, não a cabeça. A ideologia é frequentemente um substituto útil do conhecimento.

Na área da construção, temos, como em outros setores, pequenos produtores que constroem casas, realizam pequenas obras nas prefeituras e coisas do gênero. E temos as musculosas corporações, como a Odebrecht, a OAS e mais algumas que dominam as grandes obras. Enquanto os pequenos concorrem realmente entre si, e podemos falar de mecanismos de mercado, o universo dos grandes funciona de maneira diferente, tanto aqui, com as empresas mencionadas, como nos Estados Unidos, com a *Halliburton*, e corporações semelhantes em diversas partes do mundo. A *Halliburton* emprega diretamente 60 mil pessoas, tem pre-

sença em 80 países e elegeu Dick Cheney, seu presidente, para a vice-presidência dos Estados Unidos com George Bush. Herdou os maiores contratos de reconstrução do Iraque, bem como contratos de exploração de petróleo.²

Nesse setor, é tradicional a confusão entre interesses públicos e privados. O mecanismo básico é simples: se tomarmos o exemplo dos sucessivos malufismos na cidade de São Paulo, o prefeito e boa parte da Câmara foram eleitos com muito dinheiro das construtoras e montadoras. Eleitos os amigos, aprovam-se as obras, basicamente aquelas de interesse das próprias empreiteiras, como viadutos, elevados, túneis e outras infraestruturas que, em nome da melhoria do trânsito, apenas paralisam progressivamente a cidade.

Corredor de ônibus não rende para quem quer faturar com concreto, e a construção de metrô exige concorrências internacionais, o que dificulta o sobrefaturamento. E o sobrefaturamento, que frequentemente multiplica o preço real das obras, permite financiar tanto a fortuna pessoal dos políticos e acionistas das empresas como a campanha eleitoral seguinte. É simples assim, o principal mecanismo de desvio dos recursos públicos nesse setor.

Existem, é claro, as concorrências públicas, mas com a participação de grandes empresas que se contam nos dedos; basta se acertarem na fila de quem obtém qual contrato, a escolhida faz uma proposta com preços sobrefaturados,

2. Sobre a *Halliburton*, ver www.halliburtonwatch.org/. a empresa, que lida com petróleo, engenharia e construção, tem forte presença também no Brasil. Também utiliza forças paramilitares da *Academi* (antiga *Blackwater*). A pesquisa sobre as ramificações e o funcionamento da *Academi*, do jornalista Jeremy Scahill, *Blackwater*, foi publicada no Brasil em 2009 pela Cia. das Letras. A empresa tem bases paramilitares em diversos países da América Latina.

enquanto as outras apresentam preços astronômicos. A melhor ganha. Chamam isso de mercado das grandes obras.

Naturalmente, esse tipo de priorização das obras e escolha dos executantes tem pouco a ver com mecanismos de mercado, em que a concorrência leva à escolha do projeto com melhor relação custo/benefício. Uma primeira consequência é que grandes discursos de denúncia de corrupção que apontam para os políticos, mas não para as empresas que financiam as campanhas e corrompem a política, deformam a realidade. Quando o dinheiro passa de uma mão para outra, há duas mãos em jogo. Outra consequência é que as grandes corporações beneficiadas são também grandes anunciantes, e haverá tanto mais anúncios (e apoio aos candidatos) quanto mais a mídia for subserviente. A publicidade é a forma pela qual a mídia obtém a sua parte do sobrefaturamento. Organiza-se a cidade para as empreiteiras, os automóveis e os grandes especuladores imobiliários.

Em termos práticos, o transporte coletivo de massa, que é a solução óbvia para qualquer metrópole, fica estagnado, prejudicando toda a população. O resultado é uma cidade paralisada, com esgotos a céu aberto que poderiam ser rios que humanizam a cidade, enquanto regiões inteiras ficam inundadas todos os anos por chuvas imprevistas e semelhantes. Isso ocorre na cidade mais rica da América Latina, que dispõe de excelentes técnicos e institutos de pesquisa. Não são eles que decidem as obras. O Tribunal de Contas da cidade de São Paulo rejeitou apenas uma prestação de contas: a da ex-prefeita Luiza Erundina. A grande

corrupção é suficientemente forte para gerar a sua própria legalidade. Desde 2014 a cidade sofre de cortes de água, devidos sobretudo à seca, mas em particular porque 36% da água foi perdida por falta de investimentos na distribuição – afinal, viadutos são mais visíveis do que canalizações. Frente aos desastres da privatização, a cidade de Paris retomou recentemente o controle da água no município.

A indústria da construção funciona de maneira adequada onde foram criadas fortes instituições de democracia participativa, assegurando transparência e controle por parte da cidadania. Na própria cidade de São Paulo, a nova obrigatoriedade do Plano de Metas submetido à população e a criação de Conselhos Representativos nas subprefeituras constituem os primeiros passos.

Não há milagre de “mão invisível” do mercado: grandes recursos exigem controle e transparência, processos mais democráticos, democratização das próprias decisões econômicas, bem como a geração de capacidade de planejamento a médio e longo prazos, pois é isso o que permite ventilar as opções, submetê-las a debates e evitar os fatos consumados. Isso não impede que, para milhares de pequenas obras realizadas por pequenas empreiteiras locais, seja melhor liberar as negociações diretas entre contratantes e contratados. Essa dualidade entre gigantes que formam um oligopólio e milhares de pequenas empresas que podem perfeitamente se regular através do mercado, vamos encontrá-la nos mais diversos setores. Quando os gigantes tentam puxar para si a legitimidade do mercado, estão deformando a realidade.

■ INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A indústria de transformação, que produz desde carros a brinquedos e papinhas para bebês, mas também metralhadoras e desfolhantes químicos, além de um sem-número de bugigangas de utilidade duvidosa – vendidas ou empurradas por meio de um massacre publicitário –, constitui uma área em que o mercado, através da concorrência, ainda funciona razoavelmente.

A razão é simples: a concorrência representa sim um instrumento regulador importante, ainda que para um conjunto cada vez mais limitado de setores. Como serve de ponto de referência para muita gente, é útil explicitar o mecanismo, e para isso usamos o texto de 1776 de Adam Smith. Um padeiro, pensando no próprio bolso e não na fome dos pobres, produzirá bastante pão para que o negócio renda. E terá de ser um produto de razoável qualidade, senão as pessoas não irão comprar. E se o padeiro cobrar muito caro, poderá aparecer outra padaria na vizinhança, que venda mais barato. Assim, por procurar cuidar dos seus interesses, o padeiro vai assegurar pão em quantidade, com qualidade e preços razoáveis. Apesar dos volumes escritos para refutar o argumento, o fato é que o mecanismo funciona. E funciona porque é muito fácil abrir outra padaria na esquina seguinte. Mas não vai aparecer outra Friboi ou outra Odebrecht na esquina.

A questão não está em saber se o mecanismo funciona ou não, mas em que circunstâncias funciona, e para quais produtos. Para já, como vimos, não funciona para recursos de oferta limitada, como água e florestas, ou recursos não

renováveis, como reservas minerais. Não vai aparecer mais ébano nas florestas porque o preço no mercado da madeira subiu, nem mais baleias nos oceanos para satisfazer um maior apetite dos japoneses. O mercado funciona, na sua dimensão racionalizadora através da concorrência, para pão, camisetas, brinquedos, sapatos e outros produtos que, frente ao aumento de preços no mercado, possam ser oferecidos rapidamente.

O problema é que a indústria tem um papel cada vez mais limitado nas nossas economias. A totalidade da mão de obra industrial nos Estados Unidos não chega a 10% da população ativa, isso incluindo a mão de obra burocrática das empresas industriais. Com a automação que as novas tecnologias permitem, vemos os produtos industriais de consumo de massa abarrotando não só a 25 de Março (rua de intenso comércio, na cidade de São Paulo), mas qualquer mercado equivalente em qualquer parte do mundo. As nossas necessidades, e o peso relativo dos diversos processos produtivos, estão se deslocando para outro tipo de consumo, como saúde e educação, em que o mercado simplesmente não funciona, conforme veremos adiante. Aqui queremos ressaltar o fato de que os produtos industriais nos quais a concorrência funciona são hoje bastante restritos.

Como a concorrência tende a baixar os preços, e com isso também os lucros, os grandes grupos no sistema econômico vigente buscaram mecanismos que têm uma fachada de mercado, mas funcionam de maneira diferente. Basicamente, o que está mudando as regras do jogo é um

conjunto de iniciativas que restringem o acesso aos produtos, o que inverte as vantagens do padeiro de Adam Smith. Aliás, quem tomou um café acompanhado de um pão com manteiga no aeroporto de Congonhas pagando R\$ 15,00 deve se perguntar com que matéria-prima são feitos esses produtos. Em economia chamamos isso de monopólio de localização. O cliente não tem alternativa. A monopolização, ou a formação de oligopólios, tem justamente esta característica central: não temos alternativas.

Os modos para cercear os mecanismos de mercado são inúmeros e criativos. Para os produtos farmacêuticos, temos patentes (20 anos, nesta era de transformações tecnológicas aceleradas), que permitem manter preços astronômicos porque outras empresas são proibidas de produzir; para as grandes marcas, temos a proteção legal, que permite que se venda a US\$ 150,00 um tênis que custou US\$ 10,00 para ser produzido; ou a R\$ 600,00 uma bolsa fabricada por bolivianos no Pari, mas que aparece com a marca de uma grife famosa. Alguns setores conseguem, através de pressões políticas, restringir as importações, o que permite ao cartel do automóvel, por exemplo, manter preços excepcionalmente elevados no Brasil.

A publicidade joga um papel fundamental. É impressionante, por exemplo, tanta gente da classe média comprar água Nestlé em supermercados, quando qualquer filtro razoável assegura água da mesma qualidade, com custo e impacto ambiental incomparavelmente menores. Pagar *royalties* aos suíços por água brasileira é bastante impressionante. O *marketing* moderno, tendo à disposição os mo-

ernos meios de comunicação, assumiu um papel-chave na deformação de atitudes de consumo ao vender estilo de vida e empurrar mudanças comportamentais.

Haveria uma gigantesca área de oportunidades no fornecimento de informações adequadas ao consumidor, introduzindo transparência onde predomina a manipulação, mas não há recursos para isso, pois o que financia a publicidade é o preço que pagamos no produto. Nesse setor funciona, portanto, o mercado, mas de maneira limitada, mediado por uma máquina mundial que gera o chamado consumismo. O valor gerado para nós, curiosamente, é cada vez menos a utilidade do uso do produto e cada vez mais o ato da compra.

Sobrevoamos rapidamente seis áreas de produção material: agricultura e pecuária, exploração florestal, pesca, mineração, construção e indústria de transformação. Constatamos que, de forma geral, predominam os mecanismos de mercado, mas que não são suficientes. Uma reorientação básica que se coloca é que precisamos aprender a utilizar de maneira inteligente e sustentável os recursos não renováveis, pois, com mais de 7 bilhões de habitantes e 80 milhões de pessoas a mais a cada ano, todos querendo consumir mais, o planeta não aguenta.

A própria cultura de consumismo obsessivo, empurrada pelos meios de comunicação, nos leva ao colapso. O caminho é conhecido: do sistema linear em que esgotamos os recursos naturais, produzimos de maneira não sustentável, consumimos além do que precisamos e contaminamos o meio ambiente com os resíduos. Temos de evoluir para um sistema circular em que os resíduos de um ciclo

produtivo sirvam de matéria-prima para o ciclo seguinte, evitando tanto o esgotamento dos recursos como a contaminação do planeta.

Outra visão que resulta desta análise é que se formou um desequilíbrio profundo entre as formas tradicionais de produção, com muitas empresas pequenas ou familiares, que geram de longe o maior número de empregos, e os gigantes corporativos planetários, que, por estarem no espaço mundial, não são controlados em lugar algum e inundam os mercados mundiais com produtos gerados por quem aceita salários mais baixos, ou cobra menos impostos, ou ainda pelo país que for mais tolerante com transgressões ambientais, provocando a chamada corrida para baixo, com guerras fiscais, desastres ambientais e conflitos sociais. Os grandes grupos deixam pouco para o país onde estão instalados: a geração de emprego é muito limitada, pagam poucos impostos e penetram a linha de menor resistência dos governos, apropriando-se, pelo peso financeiro das suas atividades, do próprio processo legislativo e, frequentemente, do judiciário.

Uma atenção crescente tem sido dada às relações interempresariais. Nenhuma empresa de carros, por exemplo, vai comprar “no mercado” as peças de que precisa: a linha de montagem depende de um universo de acordos interempresariais de fornecimento de componentes, em que são previamente especificados todos os parâmetros dos produtos. No caso de uma empresa automobilística, é comum que a montadora atraia uma galáxia de cerca de 4 mil empresas fornecedoras, situadas frequentemente em diferentes países,

com acordos interempresariais vinculantes. Isso nos leva a um sistema que seria mais bem caracterizado como *sistema articulado interempresarial*, e não como “mercado”. No mínimo, é um mercado “viscoso” e não fluido, e essas galáxias econômicas, como as chamam os estudos da ONU, passam a ter forte presença política.

Gera-se ainda um sistema interdependente planetário. Quando alguns portos da costa leste dos Estados Unidos entraram em greve, rapidamente empresas das mais diversas regiões precisaram paralisar a produção por falta, por exemplo, de um componente que era produzido na Indonésia. Com segmentos da cadeia produtiva espalhados pelo planeta e a minimização de estoques para evitar custos financeiros – estamos na era do *just-in-time* –, os riscos sistêmicos do conjunto tornam-se crescentes, levando ao que tem sido chamado de vulnerabilidade sistêmica e às crises que se propagam. Não se trata de demonizar, mas de entender como evoluem os mecanismos e gerar os contrapesos necessários.

De toda forma, esse universo hoje extremamente diversificado e desigual de produção tem como base a unidade empresarial, gerida no quadro do direito comercial privado. Em geral nos referimos a esse universo como mercado, ainda que os mecanismos de concorrência sejam cada vez mais restritos no seu funcionamento, passando a predominar os acordos interempresariais e os jogos políticos de poder. E os mecanismos de regulação têm de ser diferenciados: é natural deixar a pequena empresa buscar nichos de demanda insatisfeita e investir criativamente de

acordo com as oportunidades. Essa criatividade é preciosa numa economia. Mas os gigantes que geram impactos sistêmicos em termos sociais, ambientais ou políticos precisam de sistemas de regulação muito mais performantes do que as “agências reguladoras” que herdamos, que são, na realidade, cooptadas pelo poder maior da corporação.

Isto dito, vamos a outra área de atividade econômica, a das infraestruturas. A verdade é que todo o sistema de unidades produtivas hoje depende de modo vital das redes de infraestruturas, da teia que conecta o conjunto.

AS INFRAESTRUTURAS

A área de produção material que no capítulo anterior se organiza essencialmente em unidades empresariais. São predominantemente de propriedade privada, mas é interessante constatar que, também nas experiências socialistas, a produção material era organizada em unidades empresariais, ainda que de propriedade social. Juntar a atividade de centenas ou até de milhares de pessoas de maneira organizada, com uma precisa divisão interna de tarefas e com um objetivo claramente definido, é muito produtivo.

Diferentemente das unidades de produção vista, as infraestruturas consistem em redes que conectam o conjunto dos agentes produtivos. Trata-se essencialmente das redes de transportes, de comunicações, de energia e de água. Esses quatro setores são fundamentais para a articulação do conjunto das unidades produtivas. Imagine-se a economia do país sem energia. Houve um tempo em que cada empresa gerava a sua energia, por exemplo, com máquinas a vapor ou geradores. Gigantes empresariais chegaram a construir as suas próprias ferrovias. Mas, na realidade, para que uma economia funcione, as infraestruturas precisam constituir um tipo de rede de sustentação que assegure a fluidez do conjunto do tecido econômico.

É importante distinguir entre as infraestruturas e os setores de atividade de produção material, pois o seu papel é diferente. A eletricidade tem de chegar a cada máquina,

a cada quarto de 60 milhões de domicílios, a cada poste de luz. A água tem de chegar a cada torneira através de sistemas de captação, grandes adutoras, distribuição intermediária e final, depois são necessários canalização, tratamento, eventual reutilização e assim por diante. São imensas teias que cobrem o país: nas diversas modalidades de transporte, nos diversos sistemas de acesso à comunicação, à água e à energia.

Trata-se aqui, em geral, de sistemas predominantemente públicos, desenvolvidos de maneira planejada para ter coerência sistêmica e articulados em redes interdependentes, como vemos no caso das interconexões do sistema de energia elétrica. O seu caráter público pode ser constatado na maioria dos países, em particular naqueles onde funcionam melhor; e não por alguma razão ideológica, mas por tratar-se de sistemas de articulação de todo o território, com visão de longo prazo. Regiões atrasadas, os locais onde um sistema privado de transportes não seria rentável, são justamente os que devem ter prioridade, a fim de evitar desequilíbrios regionais e viabilizar novos investimentos.

As infraestruturas constituem, assim, serviços públicos por excelência. Quando são apropriadas por grupos privados, resultam, por exemplo, nos absurdos da prioridade ao transporte individual em cidades como São Paulo, porque não se fizeram os investimentos de acordo com o interesse público. Aqui as privatizações geram os chamados “custos Brasil”, pois infraestruturas caras ou inadequadas tornam todas as atividades econômicas mais caras, pois aumentam os custos de todos os setores de atividade.

■ TRANSPORTES

Quando olhamos o mapa econômico e demográfico do país, ficamos impressionados com a dimensão costeira dos nossos principais centros. Se excetuarmos a região de Belo Horizonte, constatamos que quase todas as nossas capitais, de Manaus a Porto Alegre, são cidades portuárias, incluindo, obviamente, o eixo São Paulo-Santos. No caso dos transportes de mercadorias, os custos da tonelada/km são incomparavelmente mais baixos quando se utiliza o transporte por água, sobretudo no caso de muitos produtos de relação valor por tonelada relativamente baixa, como é frequente no Brasil. A solução óbvia, em termos econômicos, consiste em assegurar um sistema bem desenvolvido de transporte por água.

Com os sistemas modernos de contêineres, de terminais portuários especializados, de articulação dos portos com o sistema ferroviário, de *tagging* eletrônico das cargas, é possível transportar as mercadorias a um valor duas ou três vezes mais barato. O chamado transporte de cabotagem, com interligação permanente dos diversos portos e regiões com linhas de navios de carga, permitiria, ao baratear as trocas, uma articulação muito mais densa das diversas regiões do país.

Na visão de um sistema intermodal de infraestruturas de transportes, os portos precisam, por sua vez, ser conectados com grandes regiões do interior, inclusive as mais atrasadas, através de eixos ferroviários, numa malha que assegure não só a conexão das grandes regiões do interior com os centros litorâneos, mas dessas regiões entre si. O caminhão

e a estrada são sem dúvida necessários, mas para cargas fracionadas e distâncias curtas, redistribuindo, por exemplo, uma carga que chegue a Belo Horizonte por trem para os pequenos centros da região. Utilizar estrada e caminhão para a grande massa de transportes pelo Brasil afora, gastando diesel e asfalto, gera custos muito elevados para os produtores do interior. A soja produzida no Mato Grosso do Sul pode ser competitiva ao sair da fazenda, mas chega a Paranaguá, com o ônus do transporte, muito menos competitiva. Os produtores se recuperam aviltando o que se paga aos trabalhadores e aos caminhoneiros.

Os mesmos leitos ferroviários permitem, por sua vez, o transporte de passageiros entre regiões. A China está construindo 13 mil km de trens de grande velocidade, a Europa já construiu a sua malha básica, que conecta praticamente todas as capitais. O avião passa a ser utilizado para grandes distâncias, enquanto os centros regionais são conectados com trajetos tipicamente de duas horas. Chega-se no centro da cidade por meio de uma estação conectada com o metrô. Em uma viagem internacional de Paris a Milão, por exemplo, pede-se aos passageiros que cheguem pelo menos cinco minutos antes da partida, e não duas horas antes como no aeroporto (onde, a propósito, levamos mais de uma hora para chegar). No trem há acesso à internet e vagão-restaurante. Para viagens mais longas, trens noturnos possuem camas. São sistemas públicos. No caso da China, com eletricidade ainda produzida em grande parte com carvão, é até bastante problemático, considerando o impacto climático. Mas para um país como o

nosso, com sólida base de energia hidrelétrica, sairia naturalmente muito mais barato para todos e muito melhor para o meio ambiente. E economizaria tempo, que é um recurso não renovável para todos nós.

Não há nada de misterioso nessa visão amplamente estudada, tanto que já aparece no plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte, Educação), de 1948, e no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Inclusive, como o país dispõe de aço, de uma ampla infraestrutura siderúrgica, metalúrgica e de mecânica pesada, a modernização dos portos, a criação ou dinamização de estaleiros navais, a produção de trilhos e a construção de ferrovias geraria um estímulo para grande parte do parque produtivo do país, como já se constatou nos programas incipientes dos governos Lula e Dilma.

A dimensão do transporte de passageiros nas cidades espanta igualmente pela irracionalidade das opções. Apenas em 2013 surgiu um grande movimento de resgate da mobilidade urbana, quando as grandes cidades ficaram praticamente paralisadas. O paulistano médio passa duas horas e quarenta minutos do seu dia no trânsito nessa cidade que para por excesso de meios individuais de transporte. A opção pelo transporte individual de passageiros não se deve, conforme vimos, a qualquer estudo de racionalidade de transportes, e sim à apropriação da política pelos interesses articulados das montadoras e das empreiteiras. Quando há uma grande massa de pessoas a transportar, sai incomparavelmente mais barato utilizar transporte de massa.

O carro em si não é um problema quando usado para lazer, compras da família e semelhantes. O absurdo

é utilizá-lo para levar milhões de pessoas mais ou menos às mesmas regiões no mesmo horário. Depois esses carros ficam parados dez horas entulhando as ruas e, por fim, enfrenta-se um novo engarrafamento gigantesco no final do dia. É tão absurdo que parece infantil. E, no entanto, a cidade mais moderna, e de nível mais elevado de educação, votou sistematicamente segundo os interesses eleitorais das empreiteiras e das montadoras, cavando túneis e criando elevados e viadutos, como se vários andares de carros fossem uma solução.

Não é ignorância, tanto que as soluções baseadas no metrô já existem em boa escala desde o início do século passado em muitas cidades. Trata-se, na verdade, da apropriação privada de interesses públicos através do controle das esferas executiva, dos legislativa e do judiciária. Aqui a solução não está no “mercado”, e muito menos na privatização, mas no resgate da dimensão pública do Estado, expulsando os interesses corporativos dos ministérios, dos legislativos e dos tribunais e buscando a tão necessária democratização da mídia, que também vive da publicidade dessas corporações e não cumpre seu papel de informar. A construção de uma matriz coerente de infraestruturas de transporte no país envolve uma visão planejada, sistêmica e de longo prazo, sustentada na sua execução por vários governos sucessivos. A Europa fez, a China está fazendo, por que não nós?

Melhorar as infraestruturas reduz os custos de todos os setores, gerando as chamadas “economias externas”, ou seja, economias que são realizadas fora da empresa. Ter milhões de carros parados, gastando combustível e gerando doen-

ças respiratórias, é tipicamente uma opção que torna a vida mais cara – e desagradável – para todos. A opção do metrô, além de mais barata, mais rápida e menos cansativa, usa eletricidade, que não gera nem ruído nem emissões. Tanto para o transporte de pessoas como de mercadorias, uma política intermodal e integrada de infraestruturas é indispensável.

■ ENERGIA

Em termos de fontes de energia, o Brasil é um país privilegiado, mas em termos de uso é bastante irracional. E está progredindo rapidamente em termos de distribuição. Vejamos primeiro as fontes: a divisão é entre fontes renováveis e não renováveis. As não renováveis representam 52,7% da oferta, sendo 37,9% de petróleo e derivados, 8,7% de gás natural, 4,7% de carvão mineral e derivados, e 1,4% de energia nuclear. As renováveis representam 47,3% da oferta, sendo 15,2% de energia hidrelétrica e hidráulica, 10,1% de lenha e carvão vegetal, 18,2% de derivados de cana-de-açúcar, e 3,8% de outras renováveis. São dados do Balanço Energético Nacional 2010, ano base 2009.³ Estas cifras são fortes; note-se que o Brasil apresenta 47% de energia renovável na sua matriz, enquanto a média mundial é de 12,98%, e a média dos países desenvolvidos (OCDE) é de 6,7%.

A presença da energia renovável hoje tornou-se central pela pressão da mudança climática. Apesar de algumas vozes céticas amplamente divulgadas pelas grandes associações de produtores de carvão e de petróleo, o fato é que a situação

3. Dados de Emílio La Rovere, *Energias renováveis no Brasil*, Brasileira, Santos, 2011 – <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/TEXTO-1-Emilio-La-Rovere-AltEnergBrasil-REV.doc>.

está se tornando crítica no planeta. Ultrapassamos o patamar simbólico de 400 ppm em termos de gases de efeitos de estufa, o que nos leva rapidamente – rapidamente significa em poucas décadas – para muito além dos dois graus de aquecimento considerados como limite antes de impactos catastróficos. Não discutiremos a mudança climática, mas sim o fato de que pela primeira vez a humanidade é desafiada por mudanças estruturais de longo prazo e planetárias. Não temos governo planetário – apenas uma sucessão de reuniões mundiais sem poder decisório – e nem cultura do longo prazo. São quase duzentos governos, cada um preocupado com a sua sobrevivência no quadriênio, quando não enterrados em mazelas ingovernáveis, e gigantes corporativos interessados no maior lucro no melhor prazo, conforme vimos anteriormente. Está se gerando um hiato de governança cada vez mais preocupante entre o caráter global dos problemas e o nível nacional de instrumentos de decisão.

Esperar soluções de autorregulação por parte das corporações não é apenas uma ilusão política, é uma incompreensão de como se dá o processo decisório na chamada governança corporativa. A realidade é que, onde há uma política de energia renovável, isso ocorre em razão de forte intervenção de políticas públicas, resultando de dados científicos cada vez mais claros e de uma pressão sistemática das organizações da sociedade civil. No caso da Dinamarca, por exemplo, onde houve amplos investimentos em energia renovável, particularmente eólica, trata-se de uma visão política de proteção da natureza e da humanidade, que se tornou o “norte” do processo decisório. Não é necessariamente ir *contra* as empresas,

de assegurar parâmetros de regulação e financiamentos que tornem a mudança de rumos viável para as próprias empresas. A democratização da economia significa, aqui, que os interesses econômicos devem coincidir basicamente com os interesses da população, o que tem sido resumido no conceito de desenvolvimento sustentável.

No caso do Brasil, temos tido também nos últimos anos uma forte, ainda que insuficiente, política de investimentos na diversificação de fontes renováveis. Construir esse equilíbrio não virá, evidentemente, sem uma visão de longo prazo, e são os investimentos públicos que podem arcar com os financiamentos subsidiados iniciais, inclusive a pesquisa, além da construção de um plano nacional de recursos energéticos.

Do lado do uso da energia, a irracionalidade é profunda. A deformação maior vem da opção por caminhões movidos a diesel para transporte de carga em longa distância em vez da navegação e do transporte ferroviário elétrico; do uso do avião para distâncias médias em vez do trem de grande velocidade; do uso de carros particulares em vez de transporte de massa eletrificado; do uso generalizado de chuveiros elétricos em vez de aquecimento solar – exigindo complementação de termoeletricas para cobrir os picos de demanda. Sem dúvida é importante para a economia, e em particular para as empresas, vender caminhões, carros e chuveiros elétricos, mas são visões de curto prazo que reduzem a competitividade do país ao gerar altos custos disseminados em todas as cadeias produtivas.

As privatizações, ainda que permitam por vezes maior eficiência gerencial, buscam essa eficiência em termos de

resultados para a empresa, e não necessariamente para a sociedade. No Brasil, a privatização felizmente foi limitada, e buscou-se uma solução interessante em termos gerenciais: a geração continua pública, os grandes investimentos são públicos ou em parceria, mas executados por empresas privadas, a distribuição foi privatizada, e o conjunto deve se equilibrar com a mediação de uma agência reguladora. Compreensivelmente, a guerra para quem controla a agência reguladora é forte, e a visão do interesse público nem sempre predomina. São novas arquiteturas organizacionais em construção.

O que temos de deixar bem claro é que pensar que serão abertos mais ou menos poços de petróleo, construídos mais ou menos ferrovias em função de variações da oferta e procura, não faz sentido. Nesse caso, o mercado regulador não funciona como mecanismo e o cálculo econômico tem de ser sistêmico. Quando propagandearam que, com a privatização da distribuição, os consumidores poderiam escolher de quem compram a eletricidade, francamente, foi uma brincadeira com os fatos. Energia não se compra no supermercado. E uma iniciativa como o Luz para Todos, que literalmente tirou da escuridão milhões de pessoas, nunca seria do interesse de um grupo privado, ainda que seja essencial para o futuro das famílias e para a produtividade sistêmica do país.

Um ponto importante que preocupa as pessoas refere-se ao Pré-sal: ao optar pelo regime de partilha e não de concessão, ou seja, mantendo a propriedade pública do petróleo, e ao aprovar a lei que destina o grosso dos recursos

que serão obtidos para educação e políticas sociais – um tipo de alavanca para o futuro, em vez de buscar ser uma “potência exportadora” que vende o seu futuro e importa produtos de luxo –, o país tomou rumos que me parecem de bom senso. Um fator fundamental, aqui, é que se conseguiu evitar a privatização da Petrobras, ficando em mãos públicas não só a empresa como o conhecimento tecnológico, permitindo equilibrar as negociações com o poderoso sistema internacional. Mas pressões internacionais virão com força para tentar alterar esse quadro. O petróleo do México foi privatizado em 2014. Ataques à Petrobras não irão faltar. Na área da energia, sem governo forte, os países são depenados.

■ TELECOMUNICAÇÕES

As telecomunicações trazem a mais profunda e dinâmica transformação social, econômica e cultural das últimas décadas. Pela primeira vez o mundo inteiro está conectado, e até o fim desta década, em que pesem as desigualdades, não haverá um lugar perdido do planeta onde as pessoas não disponham do acesso não só a qualquer pessoa, mas a qualquer instituição e a qualquer unidade de conhecimento, seja texto, música ou imagem. As ondas eletromagnéticas se transformaram no ambiente de comunicação em que o planeta se banha. Este mesmo texto está disponível para qualquer pessoa em qualquer parte do planeta, gratuitamente e com disponibilidade imediata.

Aqui não houve gênio milagreiro. Entre as universidades públicas que desenvolveram o transistor e os micro-

processadores; a Nasa, que desenvolveu os sistemas de comunicação via satélite; o projeto Darpa do exército americano, que gerou os primórdios da internet; o Cern, que gerou com Tim Berners-Lee o sistema *World Wide Web* (www), que permite o acesso mundial aberto às pessoas e ao conhecimento; passando ainda pelas empresas que desenvolveram os sistemas de fibra ótica, todos contribuíram de alguma maneira para essa revolução. Gar Alperovitz diz corretamente que, se não fossem todas as pesquisas e desenvolvimentos nos mais variados setores, o Bill Gates ainda estaria brincando com os antigos tubos que usávamos nas televisões. Há uma convergência impressionante de contribuições dos mais variados setores. E o conjunto, no caso da internet, é administrado por uma instituição sem fins lucrativos, o W3C, consórcio dirigido por Tim Berners-Lee que agrupa os grandes atores do processo.

O fato de o sistema W3C ser público, ainda que de direito privado, assegura que qualquer consulta sobre um livro ou informação na Wikipédia possa ser feita gratuitamente. Se tivéssemos de pagar a cada pequena consulta, o sistema simplesmente morreria. A lógica econômica por trás da maior contribuição à moderna economia criativa resulta da fluidez geral do sistema que a gratuidade e o acesso aberto permitem, e que o Brasil confirmou em 2014 com a lei da neutralidade da internet.

Hoje, o essencial da comunicação passa por satélites e cabos suboceânicos de fibras óticas. São frutos de grandes investimentos públicos. Os grandes troncos se afinam até hoje para atingir quase todos os recantos do planeta,

preenchendo rapidamente o *apartheid* digital que ainda existe. Muitas cidades já têm sistemas de *WiFi* urbano, em que o sinal de internet pode ser captado em qualquer parte da cidade, gratuitamente ou a preço simbólico, assegurando a todos o acesso a esse principal vetor da inclusão econômica, social e cultural que é a informação. É um universo em transformação extremamente acelerada. Temos aqui um poderoso vetor de democratização planetária. Estamos dando os primeiros passos nesse processo que gera uma revolução no sentido mais profundo.

As infraestruturas de comunicação apresentam dois eixos de problemas. O primeiro vem do fato de que os principais nodos da circulação mundial de informação passam pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha. Ambos aprovaram leis secretas que obrigam os mediadores privados – Google, Microsoft, Apple, Verizon, Facebook e outros – a dar acesso integral ao conteúdo das comunicações. E, como quase todas passam pelos dois países, a captação é facilitada. O resultado é um sistema planetário de controle de conteúdos privados, tanto pessoais como empresariais e governamentais, por parte de dois gigantes de segurança, o NSA americano e o GCHQ britânico, que trabalham em estreita colaboração.

Muito se investiu na mídia para minimizar a importância dessa invasão de privacidade. A luta contra o terrorismo parece justificar praticamente tudo, inclusive grandes centros de tortura e detenção ilegal espalhados pelo planeta. Mas, em termos econômicos, o fato de empresas americanas ou britânicas poderem acessar as informações

da Petrobras sobre o Pré-sal antes de fazer as suas propostas, ou ainda as comunicações privadas ou oficiais de Dilma Rousseff ou da chanceler alemã Angela Merkel, gera uma mudança planetária de relações de poder, em que grandes corporações passam a utilizar os serviços de segurança e a correspondente capacidade de pressão política para negociar contratos econômicos. Falar aqui em mercado e mão invisível, francamente, não é o caso. O que poderia ser um eixo de democratização e de libertação também pode ser um instrumento de concentração de poder.

O segundo eixo de problemas está ligado à cartelização do uso dos sistemas privados de acesso às comunicações. As duas maiores fortunas do planeta em 2014 são do mexicano Carlos Slim e do americano Bill Gates. Ambos são intermediários do acesso ao principal fator de produção da economia moderna: a informação e o conhecimento em geral. Ignacy Sachs resumiu a questão numa frase: no século XX, o poder era de quem controlava as fábricas. No século XXI, será de quem controla a informação. Isto nos coloca problemas metodológicos. Estamos acostumados a que as infraestruturas refiram-se a grandes obras físicas, o *hardware* da economia. Aqui, grande parte da infraestrutura não é física, é *software*.

Voltaremos a esse assunto vendo os serviços de intermediação e os problemas gerados pelos diversos tipos de atravessadores. Na dimensão das infraestruturas, o fato é que o imenso avanço que permite o celular e o tratamento eletrônico das informações é esterilizado em grande parte pelo segmento privatizado das infraestruturas. Da minha

casa, em São Paulo, eu falo pelo Skype com o meu irmão na Polônia praticamente de graça. Mas uma ligação por celular para a cidade vizinha de Campinas gera uma enorme conta no final do mês. Afinal, não são as mesmas ondas eletromagnéticas que carregam a informação?

As ondas eletromagnéticas são da natureza. Assim, a sua concessão a determinados grupos privados constitui exatamente uma concessão pública. É o caso não só da telefonia, como também da televisão. Está implícito na concessão de um bem público que a empresa forneça um bem público; com lucro, sem dúvida, mas com utilidade. No caso, infraestruturas proprietárias de retransmissão levam a serviços de altíssimo custo, gerando lucros nababescos – não à toa Carlos Slim se tornou o homem mais rico do planeta – sem que o cliente tenha alternativa. Quem já tentou pular da Vivo para Claro, desta para Tim, e de volta para a Vivo, já notou que se trata basicamente do mesmo sistema cartelizado de altos custos. Como praticamente todo mundo precisa se comunicar, colocar sobre a comunicação de todos uma taxa exorbitante leva, naturalmente, a fortunas imensas. É a economia do pedágio, infraestrutura privatizada que eleva os custos no Brasil.

Há razões de sobra para que o acesso ao conhecimento seja gratuito. Enquanto as ferrovias ou estradas custam muito dinheiro para construir, ondas eletromagnéticas, estradas onde navegam as unidades de informação, são da natureza. Se não pagamos para andar na rua, muito menos deveríamos pagar para nos comunicar. Andamos na rua de graça, mas é justamente essa liberdade de transitar que

permite que se viabilizem unidades comerciais como uma padaria ou uma farmácia. Estas, por sua vez, asseguram serviços comerciais cujos impostos pagam a construção e a manutenção das ruas.

Da mesma forma, as infraestruturas da informação – as chamadas infovias – devem ser gratuitas ou de valor simbólico, o que permitirá que diversas pessoas ou grupos usem esse fluxo para gerar iniciativas diversas, estas sim com valor comercial. A aplicação do conhecimento gerando um serviço útil à população deve ser remunerada, não o travamento ou estreitamento do acesso ao conhecimento. Quanto à apropriação de enormes faixas do espectro eletromagnético para uma televisão comercial a serviço do consumismo, francamente, são latifúndios injustificados. Aqui, quando temos um oligopólio privado que controla bens que por natureza são públicos, desperdiçamos um imenso potencial de promoção do desenvolvimento. Voltaremos a esse tema mais adiante, não na sua dimensão de infraestrutura, mas na dimensão da gestão do conhecimento.

■ ÁGUA E SANEAMENTO

A água, tal como o espectro eletromagnético, constitui um recurso natural, base da nossa vida e de todas as formas de vida. É recente a sua transformação em bem econômico – o *ouro azul*, uma referência ao ouro negro que é o petróleo. A água literalmente cai do céu e, para que se torne valor econômico apropriado por um grupo privado, precisa se tornar escassa. Um bem abundante como o ar tem valor de uso, utilidade, mas não necessariamente

valor comercial. À medida que a água vai ficando escassa – e hoje cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo têm dificuldade de acesso à água –, torna-se um bem econômico precioso. Quando a multinacional americana Bechtel obteve em Cochabamba (Bolívia) o monopólio da exploração da água doméstica, proibiu inclusive a captação da água de chuva nas casas. Um bem abundante, como o ar que respiramos, não tem valor econômico. Em Paris, o sistema de abastecimento de água, que tinha sido privatizado, foi remunicipalizado recentemente: um bem de utilidade pública precisa de uma gestão correspondente.⁴

O Brasil é excepcionalmente bem munido de água doce: 12% das reservas mundiais. Boa parte do uso, cerca de 75%, é para a agricultura. Mas a característica da água é que ela é a base de um conjunto de atividades econômicas: turismo e lazer, alimentação, limpeza, meio de transporte, geração de energia elétrica, estética urbana, refrigeração e outros. Junte-se o multiuso com a dinâmica demográfica (mais de 7 bilhões de habitantes, 80 milhões a mais a cada ano, só para lembrar), e temos um problema. O aumento do uso na agricultura deve-se à relação entre a necessidade de água e o produto obtido: tipicamente, precisamos de 4 mil litros de água para produzir um quilo de arroz, vinte mil para um quilo de café, muito mais por quilo de carne e assim por diante. Grande parte da guerra em torno dos grãos (essencialmente milho, arroz, trigo e soja) se deve à luta por terra com

4. Hilary Wainwright coordenou um excelente trabalho, *The Tragedy of the Private*, (A tragédia da privatização), em que analisa a experiência de Paris e numerosas outras – <http://dowbor.org/2014/07/hilary-wainwright-the-tragedy-of-the-private-the-potential-of-the-public-julho-2014-48p.html/>.

água abundante. Compram-se depois os grãos, com a água incorporada na sua produção sob o nome de água virtual. A água tornou-se uma *commodity* mundial.

A tensão sobre os recursos hídricos se deve a vários fatores concomitantes à pressão demográfica. As geleiras do Himalaia, que alimentam os grandes rios da Ásia e os principais eixos de produção agrícola mundial, estão derretendo rapidamente. As grandes reservas subterrâneas de água, os lençóis freáticos, estão sendo rapidamente esgotados por modernas bombas de profundidade, que bombeiam água em grandes quantidades a centenas de metros. Fred Pearce, no seu livro *When Rivers Run Dry* (Quando os rios secam), conversa com fazendeiros da Índia que fazem uma segunda safra depois das monções, bombeando água a mais de 300 metros de profundidade. A água não é repostada na mesma proporção da extração. Os técnicos explicam que acrescentam todo ano 1,5 metro de tubo. O resultado, evidentemente, como já se constata em vários países, é o esgotamento das reservas e as preocupações crescentes no que tem sido chamado de bolha alimentar.

Para a empresa, não há problema, pois irá migrar para a África, Europa do Leste ou para o cerrado brasileiro. Mas, para a região que esgotou os seus recursos hídricos, é um desastre. O interessante da pesquisa de Pearce é que ele fala com pessoas especializadas, que entendem tudo de água e de agricultura. Questionados sobre a sustentabilidade do processo, retrucam simplesmente: “Se não formos nós, serão outros”. Isto nos leva de volta ao argumento, de que o sistema de livre concorrência é mortal para recursos esgotá-

veis. Enquanto o bombeamento acelerado da água profunda render dinheiro a uma empresa, esta não hesitará em fazê-lo. E, se um engenheiro consciente se negar, será substituído. Negócio é negócio.

O dilema, em termos de mecanismos econômicos, é interessante. Ganhará mais dinheiro quem chegar primeiro e explorar mais. E, explorando mais, deixará o deserto, da mesma forma como empresas de pesca industrial ou de exploração florestal destroem conscientemente o seu próprio futuro e o da sociedade que precisa vitalmente desses recursos. Do lado da oferta é um bem público, no sentido de ser produzido e reproduzido, mas em volume limitado, em todo o planeta, com grandes desigualdades de localidade e sazonalidade. E do lado da demanda é um bem essencial, de uso extremamente diversificado, como vimos. Que tipo de gestão permitirá o equilíbrio? A Bechtel foi expulsa da Bolívia, a Coca-Cola da Índia, ambas por adotar formas absurdas de apropriação privada de um bem público essencial. Há limites na apropriação unilateral de toda a água, sobretudo quando consideramos que se trata de um bem que a empresa não precisou produzir. Hoje, muitas empresas já consideram a não rejeição social como um dos critérios de viabilidade das suas atividades, além do cálculo econômico tradicional.

Frente aos desafios, dispomos de sistemas estatísticos e de pesquisa que nos permitem acompanhar essa catástrofe em câmera lenta, mas não do poder de regulação correspondente. Quais são os usos prioritários? Quem prioriza o acesso? O mercado, obviamente, não resolve. Quando a Síria instalou

sistemas de irrigação, Israel, que compartilha da mesma bacia hidrográfica, simplesmente bombardeou as instalações. Muitos rios já não chegam à sua foz, pois toda água foi captada a montante por países, regiões, comunidades ou empresas. Isso vale para os grandes rios da Ásia e também para o rio Colorado, compartilhado por EUA e México. O rio chega ao México e o atravessa, mas não a água. A empresa que usa irrigação em larga escala por aspersão, ainda que sabendo que o sistema gera um imenso desperdício de água pela evaporação, também sabe que não precisa prestar contas do rio que está secando ou do lençol freático exaurido. E a água para ela é gratuita. A empresa pode mudar de região ou de país, o que não é o caso da população.⁵

O caso de São Paulo é igualmente interessante: com uma empresa pública semiprivatizada, que deve gerar lucros para os acionistas, o interesse de vender água é grande, mas não o de tratar os esgotos ou de realizar a manutenção adequada da rede, pois a venda gera lucros, enquanto a infraestrutura significa custos. O resultado é que temos uma cidade muito rica e moderna, mas que quando não chove enfrenta um desconforto elementar que é a falta de água. As estações chuvosas têm variações naturais, mas uma cidade que tanto investiu em viadutos e outros elefantes brancos perder 36% da água que distribui nos vazamentos, justamente por não ter investido na manutenção da rede, mostra os absurdos da apropriação privada de um bem público. Inclusive porque os acionistas

5. Elinor Ostrom contribuiu para uma análise em profundidade da gestão da água como bem comum no livro *Governing the Commons*, trabalho que, entre outros, lhe valeria o Nobel de economia de 2009. No Brasil, organizamos com Renato Tagnin a coletânea *Administrando a água como se fosse importante*, ed. Senac, 2005 – <http://dowbor.org/2015/01/ladislau-dowbor-economia-da-agua-jan-2015-6p.html/>.

privados resistiram às restrições do consumo, pois o consumo elevado é que gera os seus lucros, como qualquer empresa produtora de cerveja.

Para evitar as guerras, o vale-tudo e um desastre ambiental, precisamos de uma visão sistêmica e de longo prazo. E, para haver intervenções regulatórias que possam ser efetivamente aplicadas, a água deve ser legalmente considerada como bem público e ser fortemente regulada. Tal regulação, por sua vez, exige um planejamento participativo, em que as diversas partes interessadas possam trazer as suas necessidades e restrições. E as soluções de gestão exigem, por sua vez, inovações em termos de arquitetura organizacional, como ocorre nos comitês de bacia hidrográfica, que reúnem as partes interessadas em instituições públicas de gestão na forma de consórcios e semelhantes, com a participação de representantes dos diversos usuários.

Em outros termos, a gestão das infraestruturas de acesso, distribuição, coleta, tratamento e reutilização da água, a dinâmica de priorização, a organização da transparência das informações e o controle das violações passam por inovações institucionais. O Brasil começou uma construção muito interessante no quadro do Plano Nacional de Recursos Hídricos. São os passos iniciais de uma visão de bom senso, na medida em que começou juntando os técnicos e pesquisadores que detêm os fatos com as diversas organizações de usuários e os responsáveis da gestão pública, construindo pactos de uso racional dos recursos. Não há como escapar de processos democráticos de decisão, com forte presença do poder público.

Vimos aqui, de modo breve, quatro grandes redes de infraestruturas: transportes, energia, telecomunicações e água. Voltemos ao argumento inicial de que as unidades de produção material, as fábricas, as fazendas e outras unidades produtoras, para funcionar de maneira adequada, precisam estar conectadas por essas grandes redes capazes de assegurar a coerência do conjunto. No caso das unidades produtoras, vimos que predominam a empresa privada e o mecanismo de mercado, com todas as suas insuficiências. No caso das infraestruturas, trata-se de redes com complexidade e capilaridade, que precisam, para terem coerência sistêmica, de forte presença do Estado – nem sempre na gestão ou execução de obras, mas seguramente no controle geral e planejamento do conjunto – para evitar as deformações absurdas que hoje sofremos.

É importante salientar que a unidade produtora, a empresa, precisa sem dúvida ser bem gerida para reduzir os custos e ser competitiva. Mas grande parte da sua competitividade vai depender de uma boa gestão das infraestruturas, que, por serem de uso comum, de todas as unidades empresariais e também necessárias para outros usos da sociedade, precisam ser desenvolvidas observando o bem comum. Gritar contra os impostos e ao mesmo tempo exigir mais estradas não resolve. Precisamos, sim, melhorar a capacidade de gestão do Estado e reduzir a apropriação do processo decisório por grupos privados que distorcem a sua atuação. Não se trata do tamanho do Estado –, e o próprio conceito de Estado mínimo é ridículo; precisamos articular tanto o Estado como as formas de participação

empresarial e das organizações da sociedade civil em formas inovadoras de gestão social, o que temos resumido com o conceito de planejamento democrático.

E temos aqui uma ideia norteadora: não basta sermos de direita e querermos privatizar, ou sermos de esquerda e querermos estatizar. Numa economia diversificada e complexa como a moderna, diversos subsistemas necessitam de formas diversas e complementares de gestão e regulação.

SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO

As unidades produtivas constituem unidades cujo funcionamento necessita de redes de infraestruturas para assegurar a coerência e a articulação de todo o tecido econômico; da mesma forma que o corpo tem unidades funcionais, como o coração ou o fígado, e precisa de grandes redes de infraestruturas que são os nervos, as artérias, estruturas e articulações ósseas e assim por diante. Porém, as coisas precisam fluir, e para isso a economia dispõe de intermediários, de facilitadores de fluxos, de fornecedores, por assim dizer, de liquidez ao sistema, da mesma forma como no corpo os diversos fluidos, enzimas e outros asseguram os intercâmbios.

Na economia, feliz ou infelizmente, não faltam intermediários. E são necessários. Os serviços de *intermediação financeira* (são intermediários, pois trabalham com o dinheiro dos outros) são importantes para financiar as atividades; os *serviços comerciais* fazem a ponte entre quem quer vender o seu produto e quem o quer consumir; os *serviços jurídicos* indicam as regras do jogo para que as trocas se façam com confiança; os *serviços de informação* asseguram facilidade de coordenação entre os diversos agentes econômicos e sociais.

São necessários, constituem de certa forma o lubrificante que facilita as transações. No entanto, são atividades meio, apenas conectam as *atividades fins*; quanto mais eficientes forem, e custarem menos, melhor. Agora, quando

se tornam intermediários obrigatórios e são poucos, podem se transformar em atravessadores, pois o mesmo mecanismo que os torna facilitadores pode lhes dar o poder de travar, ou de facilitar apenas mediante altos lucros.

Hoje, com as novas tecnologias – a matéria-prima delas é basicamente imaterial – e a concentração planetária, as relações de força estão se deslocando. São as duas faces da moeda dos serviços de intermediação. Um despachante portuário adora que a burocracia de liberação de cargas seja inextricável: nada se fará sem ele. Da mesma forma, numa grande loja, o vendedor poderá cobrar juros astronômicos dizendo “eu facilito”, utilizando a complexidade dos juros e a simplicidade aparente da prestação que “cabe no bolso”. Nessa área, ainda estamos buscando novos equilíbrios.

■ INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

Esse setor conheceu nas últimas décadas uma expansão vertiginosa. Com efeito, o dinheiro se desmaterializou, passou a ser representado apenas como sinal magnético na nossa conta ou no nosso cartão. Por outro lado, somos todos obrigados, queiramos ou não, a utilizar os serviços de intermediação financeira para guardar e aplicar as nossas poupanças, fazer os nossos pagamentos, receber o salário ou o valor da venda de um produto e assim por diante.

O que se conhece menos é o poder que esse sistema gerou. Com a crise financeira global de 2008, cujos efeitos ainda sentimos hoje, se não houve soluções, pelo menos houve um avanço forte de explicitação dos mecanismos por meio das pesquisas que buscaram entender a crise.

O estudo mais amplo veio do Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica (ETH na sigla alemã), que pesquisou como funciona a rede global de controle corporativo. Chegaram a números impressionantes: no planeta, 737 grupos controlam 80% do sistema corporativo, sendo que nestes um núcleo de 147 corporações controla 40% do total. Desses gigantes de controle econômico planetário, 75% são instituições financeiras. Ou seja, não é mais quem produz arroz, ou quem produz fogões ou constrói um hospital que manda na economia, e sim os intermediários financeiros. Jamais houve no planeta tal grau de concentração de poder econômico, e jamais nesse núcleo de poder houve tal concentração numa atividade particular. Quando, com a crise de 2008, os governos encontraram em poucos meses trilhões de dólares de dinheiro público para repassar aos grupos privados que tinham se aventurado em especulações irresponsáveis, essa manifestação de poder político espantou mesmo os mais informados. E a facilidade com que a conta foi repassada para as populações, sob forma de redução de políticas sociais, salários e outros direitos, ainda que tivéssemos presenciado numerosas manifestações pelo planeta afora, também espanta.

Os mecanismos de apropriação de tanto dinheiro público por grupos privados não são muito complexos. No caso das transferências de dinheiro dos governos para os grupos financeiros, tratou-se de uma mensagem simples: “Se nós quebrarmos, todos quebram. Portanto, paguem”. Mas no funcionamento cotidiano fora dos momentos de crise, no chamado *business as usual*, os mecanismos são um pouco mais sofisticados.

A alavancagem permite ganhar dinheiro em cima de um dinheiro que não se tem. Se um banco remunera a minha poupança, por exemplo, a 8% ao ano e empresta esse meu dinheiro a 24%, ganha sobre a diferença. Agora, quando o banco empresta para mais pessoas, muito além das poupanças depositadas, é um pouco mais arriscado, mas, sabendo que as pessoas raramente retiram efetivamente o dinheiro do banco, a instituição empresta dinheiro que não tem: vai receber 24% de juros sem pagar os 8% de remuneração da poupança. É lucro líquido. Nada de muito novo aqui, nada que os banqueiros de Veneza do século XVI já não conhecessem. O problema é que, com a moeda virtual – sequer precisa ser em papel, são sinais magnéticos –, a facilidade é muito grande. O Lehman Brothers, um dos maiores bancos mundiais, emprestou 31 vezes mais dinheiro do que o que tinha em caixa para emprestar. Custo zero, juro cheio, lucros fenomenais. Mas bastou alguns clientes quebrarem e irem buscar o dinheiro para o gigante financeiro planetário ruir. Ganha-se muito com a alavancagem, com dinheiro que não se tem, apresentando apenas o luxo das instalações e uma boa conversa, mecanismo apresentado de maneira bem sistematizada no filme *Trabalho interno*.

Outro mecanismo interessante é o *carry trade*, em que grupos financeiros mundiais – lembremos que não existe nada de parecido com um banco central mundial, apenas uma instituição de poderes ridículos em Basileia, o Banco Internacional de Compensações (BIS) pegam, por exemplo, dinheiro emprestado a 1% ao ano no Japão e o apli-

cam em títulos da dívida pública brasileira, que rendem 10%. Jogando sobre as diferenças de taxas de juros sem sair do computador em Genebra, grandes grupos mundiais realizam lucros gigantescos, gerando uma volatilidade mundial de fluxos financeiros que não têm por trás nenhuma atividade econômica real. Chamam isso, generosamente, de “mercados”.

Há outros mecanismos, como o *High Frequency Trading*, sistemas pré-programados para computadores realizarem compras e vendas de papéis em grandes escala e, em frações de segundos, algoritmos complexos; ou a *arbitragem*, que trabalha sobre pequenas diferenças de preços, segundo os mercados, e outras técnicas semelhantes. O que esses diversos mecanismos têm em comum é o fato de terem gerado um setor de atividades preocupado apenas com o valor dos papéis, profundamente divorciado dos interesses dos agentes econômicos produtivos. E o valor dos papéis, por sua vez, depende muito mais das intenções especulativas dos agentes do que da base mais ou menos sólida da própria economia. As três grandes agências de avaliação de risco, Standard & Poor, Moody's e Fitch, que fazem parte do sistema de geração de tendências, são financiadas pelo próprio sistema de avaliação financeira.

Essa financeirização do sistema econômico mundial, em que os grupos especulativos, em vez de se apropriarem diretamente dos bens e serviços que a humanidade produtiva gera, se contentam em emitir papéis que lhes dão direitos sobre esses bens e serviços, constitui um elemento central da desorganização econômica planetária e faz

com que intermediar papéis seja incomparavelmente mais lucrativo do que enfrentar o penoso labor de produzir sapatos ou arroz. Formou-se uma classe de rentistas, bilionários que simplesmente lucram com o trabalho dos outros.

Como ninguém consegue imaginar o que é um bilhão de dólares, por exemplo, é útil explicitar: este bilhão, aplicado em papéis que rendem modestos 5% ao ano, gera para o bilionário US\$ 137 mil ao dia. Sem precisar produzir nada. Como os lucros sobre as aplicações financeiras são muito superiores ao ritmo da evolução do PIB, gera-se uma bola de neve de desigualdade crescente, processo avaliado em detalhe por Thomas Piketty no seu trabalho *O capital no século XXI*.⁶

No Brasil temos três mecanismos básicos. O primeiro consiste no cartel de bancos comerciais que cobram juros astronômicos. Não é difícil, pois são poucos bancos que fazem acordo, formalmente ou não, para cobrar esses juros. Cartel é crime, está na nossa Constituição, mas o Cade, a instituição do governo encarregada de controlar cartéis, simplesmente não tem a força correspondente para impor a lei. Tipicamente no Brasil, os bancos cobram ao mês o que no resto do mundo se cobra ao ano. O resultado do cartel é que o cliente não tem escolha: ainda que troque de banco, os juros e tarifas que paga serão essencialmente iguais e fixados em níveis surrealistas. Foi o sistema que se adotou nos anos 1990 para devolver aos bancos o que antes ganhavam com a inflação. Esses

6. Para o desenho dos principais aportes do Piketty, ver <http://dowbor.org/2014/07/ladislaudowbor-pikettismos-relevoes-sobre-o-capital-no-seculo-xxi-julho-2014-17p.html/>.

lucros bancários naturalmente não servem para fomentar a economia, são lucros financeiros, aplicações em papéis desviadas das atividades produtivas. Em grande parte serão aplicados em títulos da dívida pública do governo, remunerados pela Selic.

O segundo consiste justamente no sistema Selic. Para dar um exemplo, no momento em que Lula assumiu em 2003, a taxa Selic estava em 24,5%. Essa era a remuneração anual que o governo pagava aos bancos que aplicavam as nossas poupanças em títulos do governo, formando a chamada dívida pública. Como o banco remunera nossas poupanças, quando muito, a 8% ao ano, a diferença é embolsada por essas instituições. Ou seja, o poupador recebe 8% ao ano pela sua poupança, mas precisa desembolsar, através dos impostos, o dinheiro que o governo irá transferir para os bancos através do chamado *superávit primário*, uma punção impressionante sobre os recursos públicos da ordem de R\$ 150 a R\$ 200 bilhões ao ano. Os sucessivos governos Lula e Dilma foram baixando essa taxa, reduzindo a porcentagem paga sobre a dívida pública, mas com um estoque da dívida que continua a crescer. É mais dinheiro desviado das atividades econômicas, armadilha politicamente muito resistente, provocando um vazamento permanente dos nossos recursos e fragilizando a capacidade de investimento do Estado.

Um terceiro mecanismo importante é a evasão fiscal, através dos chamados paraísos fiscais. Com a crise financeira mundial começaram a sair os números da finança ilegal, calculados por simples cruzamentos internacionais de fluxos,

que por vezes são registrados na saída, por vezes na entrada, permitindo hoje estimativas razoavelmente confiáveis dentro dos limites da pesquisa sobre dinheiro clandestino.

A principal pesquisa foi coordenada por James Henry, no quadro da Tax Justice Network dos EUA, e chegou a um volume de recursos em paraísos fiscais situado entre US\$ 21 e US\$ 32 trilhões, portanto entre um terço e metade do PIB mundial. O *The Economist* adotou a cifra redonda básica de US\$ 20 trilhões. Os dados para o Brasil são da ordem de US\$ 520 bilhões, um pouco mais de 25% do PIB do país. Não são os fluxos anuais, e sim o estoque de recursos brasileiros colocados em paraísos fiscais e administrados por grandes bancos, como HSBC, Goldman & Sachs e semelhantes. O dinheiro fica em paraísos fiscais, onde não se cobram impostos, mas é administrado em Delaware, Miami e Londres, as três principais praças financeiras desse tipo de dinheiro segundo o *The Economist*.

Se juntarmos o dreno dos nossos recursos através dos juros e tarifas cobrados pelos bancos, através dos nossos impostos que são transferidos para eles via dívida pública (Selic), e a evasão de dinheiro para os paraísos fiscais, não há dúvida de que hoje o sistema de intermediação financeira, longe do seu papel original de fomentador de atividades econômicas, gera um impacto de esterilização de poupança. Alimenta o sistema especulativo internacional e trava as atividades econômicas. E o sistema, nesse sentido, é apenas parcialmente nacional, pois está interligado a todo o sistema especulativo planetário. Qualquer restrição a essa máquina de lucros financeiros provoca reações duras,

inclusive através da mídia econômica mundial e da grande mídia comercial brasileira. É uma máquina de poder que nos leva de volta aos 147 grupos já citados.⁷

Em termos de regulação, estamos numa confusão total. O sistema de leis que regulava o chamado mercado financeiro, instalado ainda como resultado da crise mundial de 1929, foi totalmente desmantelado durante os governos Reagan e Thatcher. A base tecnológica, que permite que o dinheiro e outros papéis tenham se tornado virtuais, com tremenda volatilidade, também tornou o planeta tributário de alguns gigantes mundiais. O desafio, portanto, não está apenas em definir um marco regulatório, mas também em conseguir força política para que seja aprovado e implementado, como se vê hoje com a lei Dodd-Frank nos Estados Unidos, gradualmente diluída pelas corporações financeiras com o auxílio do Partido Republicano.

O sistema financeiro simplesmente deixou de cumprir a sua função econômica básica, que é de tornar produtivas, através de investimentos – e não de aplicações em papéis – as iniciativas dos agentes econômicos. O Brasil, que está navegando de maneira relativamente competente através da crise, foi parcialmente protegido pelo setor financeiro público, que escapou das privatizações e manteve o financiamento produtivo. A Alemanha, conforme vimos, navegou melhor na crise em grande parte pelo fato de 60% das poupanças serem administradas por pequenas

7. Detalhamos esses mecanismos no pequeno livro *Os estranhos caminhos do nosso dinheiro* (Fundação Perseu Abramo, 2014). Os mecanismos da crise financeira de 2008 estão em *A crise financeira sem mistérios*. A organização do poder corporativo mundial está descrita em *A rede mundial de controle corporativo*. Os três textos podem ser encontrados em <http://dowbor.org>.

caixas locais de poupança, que financiam empresas e iniciativas locais. A Polônia tem cerca de 470 bancos cooperativos, que investem o dinheiro segundo necessidades da economia, e não dos banqueiros.

A regra é simples: o dinheiro deve ficar próximo de quem pode fazer algo útil com ele. E regras estritas sobre a especulação são indispensáveis. A intermediação financeira, quando permite a grupos privados, com fins lucrativos, fazer o que querem com o dinheiro dos outros, ou quando emitem dinheiro para ganhar com o que não têm, simplesmente não funciona. O Estado aqui é indispensável não só como regulador, mas como fornecedor de serviços financeiros que permitam introduzir concorrência e racionalidade no sistema.⁸

■ INTERMEDIÇÃO COMERCIAL

Insistimos aqui nos comentários sobre o sistema financeiro pela sua centralidade nos mecanismos econômicos atuais e pelo seu papel na desorganização econômica em geral. É bom lembrar que boa parte da incompreensão das pessoas surge da confusão entre aplicação financeira e investimento. Investimento é quando se gera um empreendimento que produzirá bens ou serviços, gerará empregos, atividades econômicas fins que produzirão um excedente que permitirá restituir o empréstimo com os juros correspondentes. Quando se compram papéis – qual-

8. A intermediação financeira se tornou hoje o principal fator de travamento da economia. Para os dados e o mecanismo detalhado, ver <http://dowbor.org/2015/01/ladislau-dowbor-o-sistema-financeiro-atual-trava-o-desenvolvimento-economico-do-pais-setembro-2014-11p.html/>.

quer título que o nosso gerente de banco nos propõe – está se fazendo uma aplicação financeira. Essa aplicação poderá eventualmente gerar um investimento por alguém, mas, em si, houve apenas mudança de nome de um papel por outro, não se gerou nenhum produto, nenhum emprego. Por isso, os bancos insistem em chamar todas as atividades com papéis de “investimento”; soa melhor. Em francês, distingue-se claramente *placements financiers* e *investissements*. Em inglês, não existem os dois conceitos, tudo é *investment*, o que aprofunda a confusão e dá aos que ganham com papéis uma aparência mais nobre. O jornal *The Economist*, tentando fazer a distinção, teve de recorrer à curiosa expressão *speculative investments* (investimentos especulativos), para se referir a aplicações financeiras.

O impacto é simples: quando alguém ganha com papéis mais do que o que gera de riqueza na sociedade, está simplesmente se apropriando do esforço dos outros. Quando se gera toda uma classe que vive dessa maneira, a classe dos rentistas, temos um problema. E quando essa classe se torna suficientemente poderosa para controlar governos e o processo legislativo, temos grandes problemas e uma sucessão de crises.

O poder dos intermediários financeiros casa de forma bastante próxima com o dos intermediários comerciais. Analisando o grande sistema mundial, é bom ter a imagem do comportamento das *commodities*, essencialmente petróleo, grãos, minerais metálicos e não metálicos. Basicamente, hoje 16 empresas, chamadas de *traders*, controlam todo o comércio do que constitui o sangue da economia

mundial. Nenhuma delas usa propriamente os produtos, em geral nem os produz, apenas assegura a sua intermediação. Empresas como Black Rock, Vitol, AMD, Cargill, Glencore, Trafigura, Koch e outras, na maioria pouco conhecidas, manejam imenso poder. Um artigo de Joshua Schneyer, para a *Reuters* dá a ficha de cada um desses gigantes. Muitos deles estão presentes no Brasil. É um mercado de intermediários, não de produtores ou consumidores. É na intermediação que se gera o lucro, o grande lucro.⁹

O mecanismo aqui é simples. Com oferta abundante de petróleo, por exemplo, a Koch Industries compra barato grandes quantidades de petróleo, que estoca em seus navios e portos. Os que usam petróleo, países ou empresas, prevenindo dificuldades de abastecimento, compram no mercado de futuros – uma empresa aérea precisa saber quanto vai custar o seu combustível com meses de antecipação para calcular seus preços –, o que eleva os preços do combustível nesse mercado. A Koch compra no valor mais barato e provoca, junto com outros grandes *traders*, uma forte diferença entre o preço atual e o preço meses adiante, situação que chamam de *contango* no seu jargão. Com isso ganha em geral US\$ 10,00 por barril, sem produzir rigorosamente nada.

Quanto mais instabilidade conseguem gerar no mercado de *commodities*, mais ganham nesse jogo. Nos jornais aparece como variação de preços causada, por exemplo, pela China, que estaria consumindo mais petróleo, ou argumentos do gênero, o que é evidentemente uma boba-

9. Joshua Schneyer, The Trillion Dollar Club, *Reuters*, 2011, <http://dowbor.org/2013/09/joshua-schneyer-corrected-commodity-traders-the-trillion-dollar-club-setembro-201319p.html/>.

gem. Não é, conforme vimos no caso da mineração, por variações de oferta e demanda que em poucos anos o petróleo pode variar entre US\$ 18,00 e US\$ 145,00 o barril. Na realidade, esse sistema gera fluxos especulativos sobre produtos, com papéis como opções de compra e outros derivativos. O volume mundial de petróleo efetivamente comercializado e entregue é da ordem de 90 milhões de barris por dia. O que é negociado pelos *traders* ultrapassa 3 milhões de barris por dia. Os derivativos emitidos (*outstanding derivatives*) contabilizados pelo BIS ultrapassam US\$ 600 trilhões, cerca de nove vezes o PIB mundial. A financeirização e a cartelização comercial vão de mãos dadas.

O interessante é que, quanto mais instável o mercado, mais os agentes econômicos que afinal precisam do produto são obrigados a recorrer ao mercado de futuros; pagam mais caro, mas pelo menos garantem um patamar de preços que permite o planejamento. Esse mecanismo é utilizado para o conjunto das grandes *commodities*, produtos que entram em praticamente todos os processos produtivos. Regularmente processadas (mas raramente condenadas) por práticas antimercado, essas empresas sustentam *lobbies* poderosos em Washington e outros centros de decisão política. A Koch Industries gasta com esse tipo de manipulação política mais de US\$ 100 milhões por ano. É um dos grandes financiadores do Tea Party, agrupamento de direita norte-americano.

Chamamos isso de “mercados”, mas são mecanismos totalmente diferentes do sentido original de mercado baseado em livre concorrência, em que o melhor ganha. São

baseados no *cornering*, em que os preços são criados por poucos atores. Não “obedecem” as leis do mercado, eles fazem-nas. São os chamados *market makers*. Adoram se referir às leis do mercado, mas não as usam. É simpático fazer parecer que são submetidos, democraticamente, às mesmas regras que todos e que ganham dinheiro simplesmente porque seriam mais eficientes.

O impacto, naturalmente, é que os produtores recebem menos pelo produto, e os consumidores finais dos bens que incorporam *commodities* pagarão mais caro, por gerar os lucros dos *traders*. É o conjunto da sociedade que paga esses custos, pedágio cobrado por quem nem produz e nem consome. Gera um tipo de mais-valia sistêmica, sobre todos os produtores e consumidores. É de deixar saudade da boa velha mais-valia analisada por Karl Marx.

Um segundo grupo de mecanismos é o que gera o consumismo obsessivo nas nossas sociedades. Francamente, para comprar as coisas necessárias, o nosso pão cotidiano, o leite, os legumes, as cadeiras e semelhantes, não precisamos de publicidade. É patético vermos publicidade de uma água de alta qualidade já que se trata essencialmente de H₂O. Há tempos a publicidade deixou de ser informativa sobre os produtos para se tornar uma máquina de modelagem de comportamentos. Com crianças que passam horas na televisão, e todos nós submetidos a *outdoors* nas ruas ou nas estradas, publicidade no rádio ou no Google e semelhantes, a nossa atenção é permanentemente invadida por mensagens que mostram como seríamos felizes, ou importantes, ao comprar determinado produto. Quanto

mais truculenta a corporação, mais haverá crianças, mulheres bonitas com crianças pequenas e cenas de ternura.

O processo é articulado. Uma corporação quer vender mais, e os seus marqueteiros contratam uma empresa de publicidade. Esta vai contratar tempo de televisão e outros meios para difundir a mensagem. A mídia veicula tais mensagens, o que lhe permite pagar os seus programas. Mais pessoas irão comprar o produto, o que vai gerar um retorno para a empresa. O circuito se fecha e funciona. Mas temos aqui um problema. Primeiro, porque não recebemos informação sobre o produto, e sim estímulos de comportamento social. A quantidade de gente que tem bicicletas ergométricas paradas nas suas garagens é impressionante. Segundo, porque essa publicidade está incluída no preço que pagamos, o que faz com que paguemos para que nos convençam de que precisamos de um produto que espontaneamente não nos interessaria. Terceiro, porque a empresa de publicidade vai ser avaliada pelo resultado em termos de volume de compras, o que significa que ela se reunirá com especialistas em psicologia comportamental, e não com pessoas que entendam do produto e da sua eventual utilidade.

No nível das mídias, por sua vez, a remuneração ocorre em função da chamada ditadura dos pontos de audiência. Quanto mais audiência, mais podem cobrar pela publicidade. O resultado é naturalmente que um bom filme ou um bom programa informativo que exige um pouco de atenção desaparece, substituído por cenas de policiais caçando bandidos nas favelas como se fossem coelhos. Ti-

ros, sexo, gritinhos excitados, tudo para atrair a atenção e garantir mais pontos de audiência. Falar de coisas importantes mas desagradáveis, então, nem se fala. Gera-se o chamado besteiro, ou Febeapa, como já foi chamado o “Festival de Besteiras que Assola o País”. Um segundo efeito indireto, sumamente importante, é que a mídia simplesmente não vai informar sobre as grandes corporações: são elas que pagam a publicidade. O culpado passa a ser sempre o governo, o que é cômodo, ainda que saibamos a que ponto são as corporações que movem boa parte do governo e financiam a corrupção.

O resultado é um consumismo obsessivo, gastos e endividamentos desnecessários, custos maiores dos produtos e uma mídia deformada. E sai, naturalmente, do nosso bolso: quando uma publicidade nos informa que o programa seguinte nos é gentilmente oferecido por “casas” com total dedicação a nós, esquece-se de mencionar que a conta publicitária está incorporada no preço do produto. Não há almoço de graça.

Um terceiro mecanismo importante, que faz a ponte entre a intermediação financeira e a intermediação comercial, é o crediário. As “casas” mencionadas trabalham tipicamente com um juro de 100%. Ou seja, por não poder pagar à vista, a pessoa vai pagar o dobro – lembrando que isto no preço à vista já está incorporado um sólido lucro. Mas o grande ganho mesmo vem dos juros, pagos por pessoas em geral pouco informadas ou simplesmente pobres demais para comprar à vista, e as quais se apresenta essencialmente uma prestação que cabe no bolso. O crediário

aposta na dificuldade natural das pessoas de sentirem no bolso um gasto futuro. Elas são achacadas no seu poder de compra, e a função legítima de prestar um bom serviço comercial se transforma em sistema disfarçado de intermediação financeira. O governo Lula criou o sistema de crédito consignado, produto financeiro que mais avançou nos últimos anos justamente para permitir às pessoas tomarem um crédito mais barato, garantido pelo seu salário, e comprar à vista. É bom, mas insuficiente. O pobre em geral paga pelos produtos o dobro de quem tem dinheiro para pagar à vista. A sua magra capacidade de compra é dividida por dois. Isso trava o consumo, pois este sai mais caro, e trava o investimento, já que o produtor também recebe pouco. É a economia do pedágio.¹⁰

Onde fica a concorrência aqui? Na lógica econômica, a concorrência entre as casas comerciais levaria à queda dos preços ou dos juros até atingirem um nível modesto, mas razoável, de remuneração. Mas isso não funciona por duas razões: primeiro porque as pessoas têm uma grande dificuldade de entender matemática financeira, e quando alguém diz que vai “facilitar” sua compra, aceitam, ainda que não acreditem muito. É a razão pela qual, por exemplo, os bancos e os comércios no Brasil apresentam os juros mensais, e não anuais como se deve, porque ninguém entende de juros compostos. Segundo, porque em geral o conjunto do sistema comercial pratica os mesmos juros escorchantes, e as pessoas aceitam isso como um fato normal. Batalhar preços

10. Sobre o papel e o impacto dos crediários, ver o já mencionado <http://dowbor.org/2015/01/ladislaw-dowbor-o-sistema-financeiro-atual-trava-o-desenvolvimento-economico-do-pais-setembro-2014-11p.html/>.

é cansativo, além da dificuldade de fazer os cálculos para os diversos prazos. A desigualdade no nível de informação faz parte da estrutura do sistema. Com a fragilidade dos mecanismos públicos e não governamentais de proteção do consumidor, ficamos realmente indefesos, apesar dos bons esforços do Procon, do Idec e de outras instituições.

■ INTERMEDIÇÃO JURÍDICA

Os serviços jurídicos são necessários. Formalmente, ninguém pode alegar que desconhece a lei, mas na realidade uma pequena empresa que quer exportar um produto precisa saber de uma série de regras e regulamentos que presidem ao processo de exportação. Se ela não tiver ajuda de alguém que conheça as dimensões jurídicas correspondentes, não conseguirá. Hoje passamos a consultar um advogado para qualquer coisa, desde a compra de uma casa até uma dúvida com a nossa conta bancária. São intermediários importantes quando ajudam, mas, quando querem enrolar e dificultar, as demoras geram paralisia e custos exorbitantes.

Numa sociedade cada vez mais complexa, os vários setores econômicos, através dos *lobbies*, financiamento de campanhas e outros procedimentos, dotaram-se de leis específicas para favorecer determinados grupos. As leis de direitos autorais, por exemplo, que asseguravam *copyright* de 14 anos após a publicação de uma obra, hoje travam o acesso até 70 anos após a morte do autor (em alguns países, até 90 anos). O livre acesso às obras de Paulo Freire, por exemplo, para quem o acesso à cultura foi a batalha da sua vida, só acontecerá a partir de 2050.

Os que fazem as leis no Brasil raramente se dão ao trabalho de sistematizar as leis anteriores: quando surge um interesse determinado, e havendo o poder político e financeiro suficiente para obter a votação, faz-se uma lei que assegure esse direito, e o texto da lei termina com um lacônico “revogam-se as disposições em contrário”, o que evita ao autor do texto jurídico o trabalho de consolidar os textos jurídicos anteriores. São “camadas” de disposições que se recobrem parcialmente, gerando um cipoal que poucos entendem. E, quanto mais denso o cipoal, mais os advogados se tornam indispensáveis.

As grandes corporações hoje entendem o instrumento político, comercial e financeiro que representa um bom departamento jurídico, bem como a possibilidade de criar leis convenientes ou de eliminar as que regulamentam as suas atividades. Nos governos Thatcher e Reagan, nos anos 1980, foram sistematicamente liquidadas as leis que regulamentavam as atividades de intermediação financeira (Glass-Steagall), permitindo aos intermediários financeiros emitir papéis, controlar setores produtivos, aplicar de forma irrestrita dinheiro dos correntistas e assim por diante. Hoje, com a lei Dodd-Frank, tenta-se reconstruir um aparato jurídico de regras do jogo, em particular porque a abertura total permitiu não só a especulação irresponsável como a transferência de dinheiro público para cobrir rombos privados gerados pelos irresponsáveis. Para reduzir as fraudes mais generalizadas contra clientes foi criado nos EUA, em 2011, o Consumer Financial Protection Bureau (CFBB), duramente combatido pelas corporações por meio de seus

representantes republicanos. No Brasil, o cartel financeiro fez uma batalha jurídica para tentar colocar as atividades financeiras fora da competência do Procon, felizmente sem sucesso, apesar dos mimos a grandes juristas. A guerra é permanente.

Nosso objetivo aqui não é de discutir várias legislações comerciais, mas de transmitir a visão de que as empresas construíram em torno dos seus interesses impressionantes aparatos jurídicos, e, nesse sentido, o mundo de advogados tornou-se um agente de primeira linha nas atividades econômicas. No agigantado mundo jurídico que hoje se constrói, há cada vez menos espaço para o que poderíamos chamar simplesmente de justiça. Uma mãe que se vê condenada a pagar centenas de milhares de dólares porque não impediu o seu filho de difundir músicas ilegalmente na internet lança uma mensagem universal: nós, corporações, temos dentes. A privatização da intermediação jurídica constitui um dos aspectos mais perigosos da deformação dos processos democráticos.

Poucas pessoas se dão conta dessa transformação. Nos Estados Unidos, em 2012 havia 1,2 milhão de advogados. No Brasil temos 750 mil, e 1,5 milhão de bacharéis. O Japão, onde a tradição da palavra dada e da confiança nas relações é forte, tem pouco mais de 30 mil. Interessante notar que os Estados Unidos têm 715 pessoas aprisionadas por 100 mil habitantes, enquanto o Japão tem 54. Igualmente interessante é que esse país de 125 milhões de habitantes (o Brasil tem 200, os Estados Unidos, 300 milhões), pequeno, com pouca terra e pouquíssimos recursos minerais

ou energéticos, seja a terceira potência econômica mundial. No Japão não se leva 12 anos para resolver um contencioso entre duas partes.¹¹

Esse imenso aparato jurídico que temos nos Estados Unidos ou no Brasil se transformou numa máquina corporativa, cujos custos econômicos se fazem sentir na lentidão das decisões e na insegurança jurídica frente ao emaranhamento de interesses que resulta das correntes da própria corporação de juristas, das ligações familiares tradicionais com oligarquias regionais e das lutas pela repartição do poder político na máquina pública. A dominância do sistema financeiro no conjunto das atividades econômicas foi chamada de financeirização, termo que acabou se generalizando. Poderíamos seguramente buscar algum termo equivalente – judicialização ou outro – para essa expansão da máquina jurídica, que ao se envolver cada vez mais nos mecanismos econômicos e políticos, tem acesso a lucros impressionantes, transformando-se em setor econômico em si mesmo. Nos Estados Unidos, essa máquina custa cerca de 2,5% do PIB, ou seja, cerca de US\$ 700 bilhões.¹² Nesse universo extremamente hierarquizado, a nobreza jurídica cobra mais de mil dólares por hora de consultoria.

11. Para o Brasil, ver <http://blog.portalexamedeordem.com.br/blog/2012/09/segundo-oab-brasil-tem-750-mil-advogados-e-mais-de-1-5-milhao-de-bachareis-em-direito/>. Para o Japão, ver http://www.optiapartners.com/en/pdf/Lawyers_in_Japan_Statistics_Report_2012.pdf. Para os EUA, ver <http://www.examiner.com/article/more-lawyers-than-doctors-more-lawyers-than-soldiers>. Para Grã Bretanha, ver <http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/justice-costs-fury-as-lawyers-fees-top-850an-hour-8965339.html>.

12. Kenneth Thygerson, *Controlling Corporate Legal Costs*, p. 35; os dados, de 1987, de pesquisa de Stephen Magee me parecem fortemente subestimados – <http://books.google.com.br/books?id=w1-hcmk14MUC&pg=PA35&lpg=PA35&dq=corporate+legal+costs+us&source=bl&ots=0ICVZ-ooeH&sig=4VcaxaD4LBduOzOIALgaUDXHW3&hl=en&sa=X&ei=j3n-NUoKUF871kAfh-IHYAg&ved=0CEsQ6AEwCQ#v=onepage&q=corporate%20legal%20costs%20us&f=false>.

No comentário de um jurista americano, quanto mais a justiça é morosa, mais esses dólares se multiplicam. É mais um setor de atividades meio que descobriu como se tornar atividade fim. O objetivo é fazer negócio, mais do que facilitar negócios.

A politização do conjunto do sistema de intermediação jurídica que resulta é também muito forte. Os advogados são os mais representados na máquina política, poder este que se articula frequentemente com a propriedade de meios de comunicação. A articulação espúria do poder judiciário, da mídia, dos interesses das grandes empresas e dos grupos corporativos dentro do próprio sistema judiciário torna esse setor de atividades econômicas mais que maduro para uma reforma em profundidade. A criação do Conselho Nacional da Justiça é um passo, mas está longe de resolver.

INTERMEDIÇÃO DA INFORMAÇÃO

Um quarto setor de intermediação de fluxos é o que lida com os canais de acesso à informação. Já vimos anteriormente as infraestruturas de comunicação, em particular as infraestruturas materiais, como cabos de fibra ótica, torres de retransmissão, redes de satélites e outros. Isso interage, mas não se confunde com os grandes sistemas de intermediação da comunicação que utilizam essas infraestruturas. Aqui, uma vez mais, trata-se de uma atividade meio. Queremos que os produtos que nos interessam, como a informação, as imagens, o conhecimento ou o que seja e no formato que seja, e que constituem o

conteúdo, sejam acessíveis de maneira rápida, racional, barata e confiável.

Na economia do conhecimento que nos caracteriza, a informação se tornou um fator de produção essencial, vetor de inclusão econômica, social e cultural. Muitas regiões, países, povos ou grupos sociais sequer estão conectados pelas infraestruturas de comunicação, base necessária para o direito ao acesso. Isso resulta em grande parte do fato de que sistemas privatizados não se orientam pelas necessidades das pessoas, e sim por sua capacidade de pagar pelos serviços. O resultado é um círculo vicioso de reprodução da desigualdade, pois a falta de acesso também reduz as oportunidades. Daí a necessidade, nos diversos setores de infraestruturas, de um Luz para Todos, de um Plano Nacional de Banda Larga, de correspondentes bancários ou agências bancárias públicas onde o banco privado considera que não seria rentável prestar o serviço, entre outras iniciativas.

Mas podem existir as infraestruturas sem ter o acesso. No caso da telefonia, os poderes públicos asseguram a concessão do espectro de ondas eletromagnéticas, que são um bem público, e na outra ponta as pessoas compram os celulares, mas o fornecimento do serviço pertence a um grupo muito limitado de empresas que cobram pela comunicação tarifas sem comum, medida com os seus custos. Não à toa, repito, o mexicano Carlos Slim, da Telefônica, tornou-se o homem mais rico do planeta. A alternativa óbvia, que é a comunicação pela internet, como o Skype, não difere muito em termos de procedimentos e é de graça. Aproveita investimentos em infraes-

trutura, com a geração de acesso à banda larga da internet; e estes representam custos, mas, uma vez cobertos os investimentos, não há razão para não se generalizar o acesso aberto em vez de pagar os intermediários.

O presente texto está sendo escrito em no programa Microsoft Word. Quando eu trabalhava na ONU, o *software* para textos era o Wordperfect, que eu utilizava não porque fosse melhor, mas porque era o padrão nas Nações Unidas. Eu precisava não só escrever como comunicar o que escrevia. O Microsoft Word não é melhor, apenas ganhou a guerra do padrão e, como todos precisam se comunicar, virou monopólio de fato. O que se cobra hoje para ter o *software* junto com o computador é impressionante, e Bill Gates se tornou o homem mais rico do planeta, alternando com Slim em 2013. Quando um padrão se generaliza, não há escolha e, portanto, não há concorrência.

Carlos Slim, partindo de especulação imobiliária e financeira, e dos lucros como acionista da British American Tobacco e depois da Philip Morris, controla 90% das comunicações telefônicas do México e o acesso a celulares em praticamente toda a América Latina. No Brasil, controla a Claro. Hoje é acionista da Apple e investe também em filantropia. A Telefônica espanhola também tornou-se um conglomerado planetário, com a Vivo no Brasil. Na Europa, foi condenada em 2007 a pagar €152 milhões por atividades para eliminar a concorrência. Todas essas empresas dispõem de grandes departamentos jurídicos; interessa-lhes ficar na fronteira da ilegalidade e ir gradualmente mudando as próprias leis a seu favor.

Não é nosso objetivo aqui fazer a listagem das apropriações pelo oligopólio, ou da massa de reclamações contra as tarifas e qualidade de serviços. O importante é compreender que o grau de concentração e o poder econômico e político dos gigantes da área tornam extremamente difícil o seu controle por agências reguladoras, como é o caso da fragilidade da Anatel no Brasil. E o essencial é que, uma vez instaladas as torres de retransmissão, a prestação dos serviços torna-se extremamente barata, e concedê-las a corporações internacionais não faz o menor sentido. Milhares de pessoas rodam entre Tim, Vivo e Claro imaginando encontrar melhor atendimento ou preços e enfrentam o mesmo comportamento de oligopólio.

As alternativas são bastante óbvias. O Linux apresenta a alternativa de sistemas abertos frente ao sistema privativo e monopolizado da Microsoft. É utilizado, por exemplo, pela IBM, pelo Pentágono e pelo governo alemão, para dar alguns exemplos. Os sistemas abertos, como o Skype permitem comunicação gratuita sem a intermediação do oligopólio dos celulares. Os sistemas abertos universitários de acesso, como OpenCourseWare (OCW), EdX e o China Open Resources for Education (Core), se contrapõem aos sistemas de intermediação privada, como Elsevier e outros oligopólios de revistas indexadas, denunciadas por exemplo pelo prêmio Nobel de Medicina Randy Schekman.

Os mais variados setores de atividade efetivamente produtiva tentam escapar dos pedágios escorchantes cobrados por intermediários que hoje mais travam do que ajudam. Até as rádios comunitárias são criminalizadas. A

guerra pelo livre acesso à informação, na era da economia do conhecimento, adquiriu particular importância. Se o setor público não assegura alternativas com o desenvolvimento de um serviço público paralelo e se não houver um sistema mínimo de regulação com descentralização e diversificação da mídia, esse setor essencial para a produtividade sistêmica da sociedade continuará a pesar nas nossas contas de uma maneira desproporcional.

Olhando de maneira mais ampla, não são mais os produtores, são os intermediários que dominam hoje o sistema econômico planetário. Vimos o poder radicalmente novo que adquiriram os intermediários financeiros. O conceito de *too big to fail* (grande demais para quebrar) lhes conferiu uma posição de chantagem que permite, literalmente, mamar nos recursos públicos sem precisar investir nem fomentar a economia: basta agitar o estrago que podem fazer. Aliás, já se usa *too big to jail* (grande demais para ser preso). A intermediação comercial está hoje controlada por um gigantesco aparato de *traders* mundiais que geram instabilidade e volatilidade, o que obriga os que precisam das *commodities* a pagar sobretaxas de garantia através de derivativos. Os intermediários jurídicos se deram conta de que controlar tanto a aplicação como, sobretudo, a elaboração das leis os transforma em poderosas alavancas das grandes corporações, com capacidade de criminalizar qualquer atividade que não seja favorável aos seus interesses e, cada vez mais, qualquer consumidor cujo comportamento não lhes agrade. Os intermediários da comunicação simplesmente se apropriam do contro-

le da navegação do conhecimento no planeta, colocando pedágios sobre qualquer mensagem que passa, além das contribuições involuntárias com as empresas de *software* a cada vez que abrimos o computador.

Todas essas atividades estão gerando os seus anticorpos. No Brasil já são mais de cem bancos comunitários, e o conceito de microcrédito e de caixas de poupança municipais está se espalhando pelo planeta, sem falar dos sistemas de crédito *online*, sem intermediários. O comércio direto entre produtores e consumidores está se multiplicando, em particular aproveitando a conectividade planetária que permite a desintermediação. Na área jurídica aparecem embriões de uma outra cultura jurídica, centrada na defesa dos direitos humanos no sentido amplo, com movimentos como o dos Juízes Democráticos e semelhantes. Na comunicação, os movimentos ligados ao Linux, ao *open access*, aos recursos educacionais abertos, às mídias alternativas, às rádios e TVs comunitárias geram novas esperanças.

Mas a realidade é que essas tentativas de democratizar a economia, de resgatar o nosso direito elementar de desenvolver pequenas e médias empresas, iniciativas dos mais diversos tipos – e não apenas como subcontratadas ou terceirizadas das grandes corporações – são duramente combatidas. Em nome dos direitos autorais, do respeito às patentes ou até da ética, as corporações buscam criminalizar o direito de livre iniciativa, o que para quem leu Adam Smith se torna até irônico. As táticas de saturação que utiliza um Walmart para destruir o pequeno comércio nas regiões onde decide se instalar – para, uma vez a quebra-

deira consumada, voltar a subir os preços – são clássicas e estudadas como *cases* nas universidades. Voltamos a dizer, a intermediação é necessária, precisamos de facilitadores, mas, quando estes se tornam gigantes que engessam o sistema para cobrar facilidades, tornam-se um entrave para o desenvolvimento econômico.

Recunado um pouco mais o nosso raciocínio, vimos uma primeira grande área, a de produção material, claramente dominada pelo sistema privado e, apoiando-se em mecanismos de mercado. Para fazer funcionar esse mundo empresarial, é vital termos uma segunda área, com infraestruturas densas e eficientes de modo a reduzir os custos externos. Aqui predominam o setor estatal e os mecanismos de planejamento que temos de resgatar se quisermos assegurar o equilíbrio entre setores, regiões e classes sociais. Na terceira área, há os serviços de intermediação, que funcionam com forte presença do Estado tanto em termos de regulação, para reduzir a cartelização e as fraudes, como em termos de geração de empresas estatais que possam introduzir mecanismos de concorrência e alternativas para a população. Vimos, assim, a importância do setor bancário público no Brasil para compensar os desequilíbrios gerados pelos grandes grupos privados, ou de emissoras estatais de TV em diversos países, caso da BBC na Inglaterra, para gerar um mínimo de alternativas inteligentes para o público na área da informação.

O que estamos sugerindo é que essas três grandes áreas, de produção material, de infraestruturas e de intermediação, precisam nesta era de economias comple-

xas e de instrumentos diferenciados de regulação, quer dizer, de dominância privada na produção material, de dominância estatal na área das infraestruturas e de sistemas mistos na área dos serviços de intermediação, os mais propensos à cartelização.

AS POLÍTICAS SOCIAIS

○ que estamos descrevendo aqui não é teoria econômica, mas o funcionamento do processo produtivo, os seus mecanismos básicos e diferenciados área por área, setor por setor. Após descrever em poucas páginas cada um dos grandes setores, voltamos a dizer: não temos a pretensão de sistematizar a complexidade de cada um, o nosso objetivo é permitir ao leitor ter essa visão do conjunto e a compreensão dos seus componentes básicos. É metodologicamente útil mostrar os desafios das unidades produtoras, a sua necessidade de infraestruturas que as conectem e a importância e também os limites dos facilitadores que deveriam ser, e frequentemente são, os intermediários. Agora, para funcionar, as três áreas mencionadas dependem de modo vital de uma quarta área que chamamos aqui de políticas sociais, basicamente saúde, educação, cultura, turismo, lazer, esporte, habitação social e segurança.

Esses setores têm em comum o fato de constituírem investimentos nas pessoas. Se não tivermos pessoas com bom nível educacional, com saúde, vivendo de maneira decente – ou seja, com qualidade de vida –, nenhuma das outras áreas de atividades irá funcionar. É a dimensão do chamado capital humano, mas muito além dos aspectos de formação de mão de obra. No Brasil, esse aspecto é particularmente sensível, pois durante séculos deixou-se de investir nas pessoas, a não ser na reprodução das elites.

As raízes históricas dessa opção são profundas: esta colônia produtora de bens primários de exportação não precisava de muita mão de obra qualificada. Pior, como utilizava os recursos gerados pela exportação para importar bens de consumo da Europa, não precisava da mão de obra local nem para desenvolver atividades econômicas mais sofisticadas, nem como fonte de demanda. Portanto, manter uma massa popular na pobreza e na ignorância tornou-se funcional. Fomos o último país a abolir a escravidão, e, ainda, em 1964 um Paulo Freire foi encarcerado por tentar alfabetizar os pobres.

Só muito recentemente acordamos para o resgate da imensa dívida social deste país dividido e ainda assolado pelos ódios das elites contra qualquer iniciativa de inclusão. Por isso, essa quarta área que agora analisamos, de políticas sociais, tornou-se no Brasil atual particularmente importante.

Uma dimensão econômica importante das políticas sociais é que sempre foram qualificadas no Brasil como *gasto* e não como *investimento*. O raciocínio aqui é simples: um produtor, por exemplo de bonecas Barbie, diz gerar um produto útil, ampliar o emprego e pagar impostos. Portanto, é um *produtor*. Na sua visão os gastos em saúde, educação, cultura, lazer e semelhantes constituem exatamente isto: *gastos*. A não ser, naturalmente, que se trate de uma instituição como a USP, onde seus filhos irão estudar “de graça”, pois aí ele entende, corretamente, que é um investimento.

Como os esforços de inclusão através de investimentos sociais se dão por meio de iniciativas públicas, esse

gasto será sistematicamente atacado como populismo, inchaço da máquina do Estado e semelhantes. E os impostos sobre quem pode pagar, as elites, serão um vetor de reações históricas. A imagem de um setor privado que produz e de um Estado gastador tornou-se não mais uma ideia, mas um preconceito no sentido de gerar reações ideológicas impenetráveis ao raciocínio e diariamente marteladas na mídia.

Na realidade, quando uma empresa contrata um técnico bem formado, tende a esquecer que nesse jovem de 25 anos há 25 anos de investimento social, da família e de diversos serviços públicos, para gerar uma pessoa organizada, com bons conhecimentos, com saúde e capacidade de trabalho e de iniciativa. Produzir a boneca ou um sapato também representa custos sociais e ambientais, tempo de trabalho e de deslocamentos, gasto de matéria-prima e gestão de resíduos. Na economia, como dizem, não há almoço de graça, tudo é ao mesmo tempo custo e resultado, insumo e produto. E, nas políticas sociais, o investimento do setor público é fundamental.

■ SAÚDE

Saúde, sem dúvida, custa. Mas é o produto que mais desejamos. Ou seja, é um produto, e talvez o melhor de todos. Não é uma atividade meio, é uma atividade fim. No entanto, devemos distinguir o nível de saúde atingido em termos de resultados e o processo que permite atingi-los. Como em qualquer processo produtivo, a setor deve alcançar os melhores resultados com o mínimo de custos.

É o que se chama de produtividade da saúde. Nas últimas décadas, o mundo ganhou uma sobrevida impressionante. Antes, vivia-se tempo suficiente para criar os filhos. Hoje, as pessoas vivem 80, 90 anos. O progresso é impressionante. O Atlas Brasil 2013, na avaliação geral dos 5.565 municípios do país, mostra que, entre 1991 e 2010, o tempo médio de expectativa de vida do brasileiro subiu nove anos, passando de 65 para 74 anos. São resultados espetaculares.¹³

As pessoas tendem a atribuir esses resultados aos produtos que vemos na publicidade, belos hospitais e novos medicamentos. “Tomou Doril, a dor sumiu” e semelhantes. Na realidade, o imenso avanço da humanidade em termos de esperança de vida se deve essencialmente à vacina, ao sabão, ao acesso à água tratada e ao saneamento básico. Mais recentemente no Brasil, a redução da fome com os diversos programas governamentais também operou milagres, o que explica em grande parte os nove anos de vida que ganhamos.

Portanto, ainda que grande parte de mídia se preocupe com o tratamento da doença, os grandes ganhos de produtividade e de dias saudáveis se devem à saúde preventiva, ou seja, ao conjunto das medidas – muitas delas fora do que consideramos normalmente setor de saúde – que evitam que surjam as doenças. Prevenir é incomparavelmente mais produtivo do que remediar.

A tensão gerada aqui, entre o conceito de serviços de saúde e o conceito de indústria da doença, é evidente. O sistema privado não tem interesse no sistema de prevenção

13. Para os dados da pesquisa Atlas Brasil 2013: o IDH Municipal, ver <http://dowbor.org/2013/10/ladislau-dowbor-interiorizacao-do-desenvolvimento-idh-municipal-2013-setembro-20132p.html/>.

por duas razões: primeiro, porque são ações universalizadas (como vacinas, água e saneamento etc.) que envolvem muita gente sem dinheiro para pagar e grandes esforços organizacionais que resultam da capilaridade das ações universais. A vacina tem de chegar a cada criança do país. Segundo, porque, ao se reduzirem os problemas de saúde, reduz-se o número de clientes. E o setor privado vive de clientes. Está interessado em poucos que possam pagar bem. Necessidade e capacidade de pagamento são duas coisas diferentes. A concentração dos recursos da saúde privada no sistema curativo hospitalar e nas doenças degenerativas dos idosos é um resultado direto dessa deformação.

No caso brasileiro, naturalmente, a característica básica é a desigualdade, o que faz com que se tenham gerado dois universos de serviços de saúde: o público para a massa de pobres e o privado para os ricos e a classe média. Na medida em que o setor privado da saúde, com fins muito lucrativos, tenta expandir o universo de cobertura paga, os esforços de se generalizar o acesso a bons serviços públicos e gratuitos de saúde passam a ser atacados. O fato de a direita americana no congresso quase ter paralisado os Estados Unidos na guerra contra a universalização desses serviços dá uma ideia dos interesses envolvidos.

Na realidade, nos Estados Unidos a saúde representa praticamente 20% do PIB, enquanto a indústria emprega menos de 10% da mão de obra do país. O fato de esse setor da saúde se agigantar, tornando-se o setor econômico mais importante, ajuda a entender as articulações perversas que são gerados. Os Estados Unidos gastam cerca de

US\$ 7.500,00 por pessoa por ano em serviços de saúde, e o Canadá quase exatamente a metade. No entanto, o nível de saúde no Canadá, onde os serviços são públicos, universais e gratuitos, é incomparavelmente superior. O sistema americano, baseado no privado e no curativo, faz o cidadão procurar os serviços quando o mal já aconteceu. E os procura raramente, pois são caros. O resultado é muito dinheiro e pouca saúde. Nas pesquisas de produtividade dos gastos em saúde em países desenvolvidos, os Estados Unidos aparecem em último lugar.¹⁴

A base do raciocínio – usando de preferência o cérebro e não o fígado, de onde os argumentos já vêm verdes e amargos – é que saúde não é um produto como um chinelo, que se produz em massa na China ou na Indonésia e se despacha por contêiner. Uma sociedade saudável trabalha um conjunto de frentes que incluem desde cuidados da primeira infância até o ambiente escolar, as condições de habitação e urbanismo, a qualidade de vida no trabalho, o controle de agrotóxicos e semelhantes. A vida saudável resulta de um conjunto complexo de fatores, todos densamente ligados com a qualidade de vida em geral. Não é um produto padronizado que sai de uma máquina e resolve. Envolve, na realidade, uma forma de organização social.

Quando pensamos em saúde, tendemos a pensar na farmácia e no hospital, porque nos acostumamos a pensar nela apenas quando a perdemos. E não há dúvida de que há

14. Avaliação de 2007 mostrou os Estados Unidos em último lugar entre países desenvolvidos em eficiência de saúde: gastaram US\$ 7.290,00 por pessoa. Em primeiro lugar ficou a Holanda, apesar de gastar apenas US\$ 3.837,00 (*New Scientist*, 26 jun.2010). Saúde privada, essencialmente curativa e elitista, constitui um desperdício. O que não impede que os EUA sejam um destino lógico para uma intervenção cirúrgica de ponta paga a preço de ouro.

uma indústria da doença pronta para reforçar essa visão em cada publicidade de um plano privado de saúde, de remédios milagrosos e semelhantes. Mas, no básico, é importante pensar que as políticas de saúde se agigantaram muito recentemente e constatar as diferentes formas de organização: desde o *out-of-pocket* (saúde curativa paga no serviço prestado) dos Estados Unidos até a medicina pública social e universal da Inglaterra, do Canadá, dos países nórdicos e de Cuba. No Brasil temos a convivência caótica do SUS com os gigantes financeiros que controlam os seguros e planos de saúde, passando por organizações sociais e sistemas cooperativos diversos.

É importante a visão de conjunto: temos um grande acúmulo de experiência de gestão empresarial nos setores produtivos tradicionais, como de automóveis, e também na área de administração pública tradicional. Mas, no desafio de assegurar um bom nível de saúde, que resulta da convergência de numerosos atores, inclusive dos movimentos sociais, ainda estamos à procura de paradigmas adequados de gestão. Os rumos mais significativos, o que funciona efetivamente em diversos países que atingiram excelência, apontam para sistemas predominantemente preventivos, com acesso universal e gratuito, baseados em gestão pública mas fortemente descentralizados, com forte capacidade de participação e controle por organizações da sociedade civil.

Há uma dimensão ética aqui: a de que nenhum ser humano deve padecer e sofrer quando há formas simples de resolver o problema. A indiferença é vergonhosa e injustifi-

cável. Em termos sociais e políticos, não há dúvida de que uma das melhores formas de democratizar uma sociedade é assegurar que todos tenham acesso à saúde, tanto preventiva como curativa, independentemente do nível de renda. É uma forma essencial de redistribuição indireta de renda e de se generalizar o bem-estar.

A falta de acesso a serviços básicos de qualidade, por outro lado, gera um sistema quase de chantagem: as famílias se sangram para pagar um plano privado de saúde, gastando muito mais do que o custo dos serviços prestados, simplesmente por insegurança, pela possível tragédia de um acidente ou doença grave. Acabamos contratando um plano, e pagando caro para ter um certo sentimento de tranquilidade, e não pelos serviços de saúde efetivamente prestados. Quanto mais inseguros, mais pagamos. A indústria da doença precisa ser fortemente controlada, e um dos melhores caminhos é a sistemática elevação da qualidade e acessibilidade dos serviços públicos universais de saúde.¹⁵

■ EDUCAÇÃO

A educação é outra área em que o sistema privado funciona de maneira precária, sempre carregando o seu pecado original, que é o de se interessar mais pela capacidade de pagamento do que pelas necessidades. Há que se distinguir, no sistema privado, o que são instituições comunitárias e instituições com fins lucrativos. As PUCs, por exemplo, são universidades privadas e pagas, mas todo

15. Amartya Sen, prêmio Nobel, resume a visão em excelente e curto artigo, disponível em <http://dowbor.org/2015/01/amartya-sen-universal-healthcare-the-affordable-dream-janeiro-2015-5p.html/>.

eventual excedente é reinvestido na própria instituição, ninguém leva lucro para casa. São privadas mas comunitárias. As universidades privadas famosas dos Estados Unidos podem ser privadas, mas são fundações, também sem fins lucrativos. É diferente, naturalmente, de uma Phoenix, com centenas de milhares de alunos, cotada em bolsa, propriedade do Apollo Group e alvo de inúmeros processos. A taxa de conclusão dos cursos é de apenas 16%.¹⁶ É uma indústria do diploma, da mesma forma como se gerou a indústria da dívida estudantil. A educação vista como negócio é um problema.

O fato de a educação ter se tornado negócio, e muito lucrativo, tem a ver com o fato de todas as atividades econômicas estarem se tornando densas em conhecimento. Até o modesto agricultor familiar depende hoje de conhecimento em inseminação artificial, análise de solo, informações de mercado e semelhantes. Quanto às áreas como eletrônica, farmácia, construção, a própria educação, todas são muito intensivas em conhecimentos. Quando o conhecimento se torna o principal fator de produção, também se torna importante vetor de lucro, emprego e renda. Investir na educação dos filhos é hoje uma das principais formas de poupança, e de proteção no longo prazo das famílias.

É importante lembrar o peso que a educação adquiriu em tempos recentes e a sua importância para o desenvolvimento. A Rússia de Tolstoi tinha 6% de alfabetizados, enquanto o Japão em 1900 já tinha eliminado o analfabetismo. Hoje, algo em torno de um terço da nossa mão

16. Sobre a Phoenix, é instrutivo ler o artigo de Tamar Lewin no *New York Times* – www.nytimes.com/2012/10/18/education/university-of-phoenix-to-close-115-locations.html?_r=0.

de obra ainda é analfabeta funcional, e em outros níveis enfrentamos analfabetismo digital, deficiência no inglês e fragilidades em matemática avançada. O nível de conhecimentos básicos para não se ver excluído constitui um patamar em constante elevação. O conhecimento virou capital; o chamado capital humano.

O conhecimento tem características diferentes em relação aos fatores tradicionais de produção como terra, capital ou força de trabalho. É imaterial. Como é imaterial, navega nas ondas eletromagnéticas, podendo ser livremente acessado em qualquer parte do planeta e por qualquer pessoa que tenha um equipamento básico que, no decorrer da presente década, estará nas mãos de praticamente todos. Característica fundamental, o conhecimento não é um bem rival: o seu uso não reduz o estoque: se passo uma ideia a alguém continuo com ela. Isso implica que o que era educação, transmissão de conhecimentos básicos à nova geração, passou a ser um sistema planetário de criação e circulação colaborativa de ideias. E como as tecnologias, nesse novo ambiente, passaram a evoluir de maneira extremamente rápida, a educação deixou de ser uma atividade de crianças e jovens para se transformar numa atividade permanente de atualização durante a nossa vida. O desafio hoje é o da gestão integrada do conhecimento social.

Com a nova importância e ubiquidade, a organização e transmissão do conhecimento deixou de ser um assunto apenas de escola, de sala de aula. Hoje temos como realidade ou potencial de aquisição e atualização de conhecimento os cursos nas empresas, os computadores em casa,

o celular no bolso, os próprios canais de televisão quando utilizados com certa inteligência. Esse novo relacionamento entre a humanidade e o conhecimento, envolvendo todas as etapas da vida, todas as pessoas e os mais diversos ambientes do nosso cotidiano, leva-nos a preferir o conceito de gestão de conhecimento ao conceito estreito de educação, que sempre nos leva a pensar em sala de aula, giz e professor. A gestão do conhecimento, assim entendida, coloca o mundo atual da educação no centro do furacão: é a principal máquina de geração, organização e transmissão do principal fator de produção.

Aqui, como em outras áreas das políticas sociais, a desigualdade histórica herdada pelo Brasil constitui um fator estrutural fundamental. Os grupos privados não investem na educação básica, a não ser em algumas ilhas de luxo. Investem pesadamente na educação superior, local de importantes investimentos das famílias. Gerou-se assim um sistema de gestão do conhecimento que reproduz as desigualdades. E aqui também a educação pode se tornar o principal vetor de emancipação, de inclusão cognitiva, de inclusão produtiva, de redução da desigualdade de chances desde a partida.

A tensão nesse setor torna-se, assim, bastante clara: há uma visão de democratização do conhecimento para tornar toda a sociedade mais produtiva e culturalmente mais rica, e outra de restrição do acesso para que o conhecimento possa constituir um fator de lucro e de reprodução das elites. Sendo imaterial o conhecimento, pode circular de maneira livre e sem custos nas ondas eletromagnéticas, multiplicando capacidades produtivas, mas essa livre circulação não en-

riquece quem queira controlá-lo. É um setor no qual para se ter lucro na circulação é preciso restringir o acesso, colocar pedágios. E a privatização, no sentido de geração de entidades com fins lucrativos, tem obviamente esse objetivo.

Nesse setor, claramente, a privatização reforça as elites, enquanto o acesso universal tende a equilibrar a sociedade. Mas pensar apenas na empresa privada ou na máquina estatal simplifica e deforma o problema. Na linha do movimento Cidades Educadoras, busca-se hoje aumentar a densidade de conhecimento e o enriquecimento cultural de toda uma comunidade, de um bairro, de uma cidade, e não apenas assegurar aulas na escola. Os próprios currículos buscam se adequar às realidades diferenciadas dos diversos territórios, e a escola procura assegurar a articulação dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento do território onde está inserida, em vez de apenas transmitir conhecimentos. A visão é de um sistema aberto e colaborativo em rede, com centralidade da dimensão pública, e forte enraizamento nas organizações sociais de educação e cultura, cuja capilaridade é importante para a produtividade do conjunto.

Não é o acesso ao conhecimento que deve ser precificado e transformado em lucro, e sim a sua eventual aplicação em inovações e produtos. O próprio conhecimento tem de ser livre, universal e gratuito. A Unesco, aliás, tem nessa área uma visão interessante: quem não tem acesso ao conhecimento como direito humano básico, tampouco tem acesso aos outros direitos, pois não saberá exigí-los ou acessá-los.¹⁷

17. Sobre este tema, veja detalhes em *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação* <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2001/01/13-TecnDoCnh2013.doc>.

■ CULTURA E INFORMAÇÃO

A conectividade planetária é muito recente, em termos históricos. Com poucos alfabetizados, ausência de meios de comunicação e populações rurais dispersas, a cultura era uma forma de interação direta entre pessoas de uma comunidade. E a cultura no sentido “chique”, *la culture*, era coisa das cortes, dos minuetos de Versalhes, dos brioches de Maria Antonieta, do piano na casa-grande. Com a vertiginosa expansão, durante o século passado e em particular nas últimas décadas – com a difusão da imprensa, do rádio, da televisão e hoje dos sistemas interativos digitais –, houve um adensamento geral de fluxos de criatividade planetária. Estamos, em termos de instituições, organização e gestão, sempre atrasados em relação às tecnologias. E os potenciais simplesmente explodiram.

A cultura, assim como os diversos setores que vimos nos capítulos anteriores, tem suas especificidades. Em particular, a atividade criativa não é como colocar e cimentar blocos numa construção, coisa que o pedreiro faz pelo salário. A criação cultural é um prazer em si, e raramente as grandes criações foram proporcionais aos níveis de estímulo financeiro oferecido; talvez até tenha ocorrido o contrário. Não estamos aqui sugerindo que sejam boas as tragédias de um Baudelaire ou de um Van Gogh, mas sim que se trata de um produto econômico diferente. É uma atividade fim, tanto para quem cria como para quem aprecia. Basta ver a imensa criatividade amadora e a originalidade das criações espontâneas frente à cultura paga e padronizada que a grande mídia veicula.

Outra característica desse setor de atividades é o fato de ser em grande parte imaterial. A música, o filme, a foto, a pintura, o *show* podem ser retransmitidos pelo planeta afora e captados em qualquer parte do mundo. Isso tem duas vertentes: significa, por um lado, que qualquer amador pode realizar um curta e colocar no Youtube, ou disponibilizar fotos ou um poema que poderá circular pelo mundo; por outro lado, qualquer pessoa que goste de uma criação cultural poderá repassá-la, gerando um ambiente de livre criação e circulação artística mundial. Na era digital, conforme já vimos, com a generalização de acesso abre-se a oportunidade de uma imensa democratização da cultura. Surge o espaço dos chamados *prosumidores*, simultaneamente produtores e consumidores, sem a tradicional separação entre produtor, intermediário e consumidor.

Naturalmente há a outra vertente, ainda amplamente dominante, desse processo. É o que tem sido chamado de indústria cultural – *entertainment industry* nos Estados Unidos. É dominada pelos grandes grupos que tentam privatizar as infraestruturas e cobram pedágios de intermediação. Vimos anteriormente os grandes grupos de comunicação, as fortunas dos controladores do *software* de acesso, sentinelas das ondas eletromagnéticas. Interessamos aqui a dimensão cultural dessa apropriação.

Com a expansão do rádio, do cinema e da televisão e sua penetração em praticamente qualquer residência (97% dos lares têm TV no Brasil), com crianças assistindo em média 4,5 horas por dia, e o controle pertencendo basicamente a quatro grupos privados, gerou-se uma máquina de

fornecimento de produtos culturais de alguns pontos centrais para todo o país. Cultura de recepção, passiva e não interativa, mas que gera comportamentos comerciais obsessivos, já que o seu ciclo econômico passa pela publicidade, frequentemente apoiada na criação de ídolos e outros ícones da cultura comercial. Trata-se, literalmente, da indústria do consumo, em que a cultura entra apenas como engodo. Com a segmentação do sinal em canais abertos e fechados, consolida-se uma visão de cultura em dois andares: o dos que podem pagar e o dos outros. A tentativa de fazer o mesmo com a internet, felizmente derrotada, é significativa.

No conjunto, essa dinâmica gerou uma imensa passividade cultural. Não se produz música no bar da esquina, não se escreve samba em mesa de bar, não se toca música em casa, não se aprende violão, tudo é recepção. A criação, desta depende de o criador entrar no seletto grupo que uma empresa apoiará para virar, na melhor tradição do *jabá*, um sucesso. A cultura deixa de ser uma coisa que se faz, uma dimensão criativa de todas as facetas da nossa vida, e de todas as pessoas, e passa a ser uma coisa que se assiste sentado no sofá.

A era da internet vem naturalmente transtornar o confortável universo dos latifundiários das ondas magnéticas. Filmes simples mas criativos a partir de qualquer celular encontram enorme sucesso no Youtube; músicas alegres, tristes ou debochadas passam a circular no planeta sem precisar da aprovação de intermediários; artesãs do vale do Jequitinhonha que vendiam artesanato a R\$ 10,00, após saberem que eram revendidas por R\$ 150,00, passaram a furar os bloqueios dos intermediários e a vender na internet; livros que

nunca estão disponíveis nas livrarias aparecem *online*; sebos nos permitem adquirir na internet obras antigas e esgotadas.

O que está acontecendo é que as ondas eletromagnéticas, aliás públicas, permitem que qualquer pessoa conectada crie os seus próprios canais de distribuição e acesse criações de qualquer parte do mundo, recriando-as. Na geração tecnológica anterior, o dono da cultura era quem produzia o suporte material: livro no papel, CD, DVD. Estoques físicos de cultura, por assim dizer. O intermediário cultural vendia o suporte material com pequena porcentagem para o criador. A conectividade planetária muda profundamente essa situação, pois o ponto de remuneração, situado no momento de venda do suporte material deixa de ter a mesma importância. Os grandes grupos econômicos de intermediação cultural – que não criam, mas vivem da venda da criação de terceiros – continuam dominantes, mas já não são a única opção. Por mais que tentem manter pedágios sobre produção alheia, a criatividade retoma o seu lugar.

A apropriação descentralizada de canais de expressão cultural abertos, gratuitos e interativos gera impactos no desenvolvimento local que vão muito além da própria criação cultural. À medida que a conectividade planetária se generaliza, que se multiplicam as formas de acesso, abre-se a possibilidade do que poderíamos chamar de artesanato cultural no melhor sentido. Na favela de Antares, no Rio de Janeiro, dotada de banda-larga, os jovens plugados passam a fazer *design* e a prestar serviços informáticos diversos, o que lhes rende dinheiro, e fazem cultura por

prazer e diversão. Nas cidades com acesso WiMax, banda larga sem fio, as crianças têm na ponta dos dedos acesso a criações científicas, lúdicas ou artísticas de qualquer parte do mundo, esbarram no inglês macarrônico mas suficiente, criam comunidades virtuais. Quer prazer maior que o de mandar para um amigo uma música legal no mesmo instante da descoberta?

A tensão aqui é forte entre os oligopólios centrados na defesa de privilégio das elites e os inúmeros canais de informação que surgem livres de amarras com interesses corporativos e estatais. A batalha se dá aqui nos três níveis: das infraestruturas de comunicação (cabos, satélites etc.), da intermediação do acesso (os Murdoch e semelhantes do planeta, grandes provedores nacionais e internacionais) e dos criadores efetivos de cultura e informação (conteúdo), que são os artistas, os jornalistas e outros personagens da criatividade moderna. Na realidade, são justamente os que criam que ainda constituem o elo mais fraco do ciclo.

Enfrentamos, portanto, um processo muito dinâmico, no qual as novas tecnologias e os novos comportamentos, sobretudo da juventude, permitem transformar cultura e informação numa gigantesca rede colaborativa e interativa, enquanto gigantes corporativos curiosamente travam o acesso em nome dos direitos do autor ou até da ética. É um duelo que se dá em várias frentes, tanto que o assunto envolve as infraestruturas de comunicação, os grupos que controlam o acesso e os que efetivamente criam. O essencial é que a cultura, diferentemente do sabonete, não se regula de forma adequada pelo mercado. É

o universo das redes, do acesso aberto, da gratuidade e das formas alternativas de remuneração.

■ TURISMO, LAZER E ESPORTE

A análise dos dilemas dos vários setores, particularmente na área das políticas sociais, mostra até que ponto a desigualdade constitui um fator estrutural de desequilíbrio. E a dinâmica do mercado busca reproduzir a desigualdade, pois precisa dificultar o acesso para poder cobrar dos privilegiados. O condomínio Riviera de São Lourenço, em Bertioga, ilustra bem a deformação dos mecanismos. Onde antes as praias estavam abertas ao público, agora há guaritas, cercas e anúncios de que a Riviera “lhe oferece” as maravilhosas ondas etc., no que era um bem público, aberto. A Riviera, naturalmente, não criou nem as praias nem as ondas e, no entanto, cobra pelo acesso pela simples razão de ter assumido o controle. Ainda que não formalmente, na prática privatizou a praia, reduziu o acesso. Ou seja, para ter lucro como empreendimento turístico, nesse caso precisa restringir o acesso. É a economia da escassez. Para faturar com a demanda, é preciso reduzir a oferta. O bem comum aberto, livre e abundante não dá dinheiro, apenas assegura qualidade de vida para todos. E a empresa busca dinheiro.

A ilustração serve para inúmeros casos. Em Fortaleza, as populações de beira da praia foram expulsas para o Conjunto Palmeiras, pois as praias foram vendidas a grupos europeus para a instalação de *resorts*. Nos Estados Unidos, as próprias praias foram em grande parte privati-

zadas, obrigando as pessoas a grandes viagens até os locais de praias públicas. Em Dakar, os hotéis de luxo na costa fixam avisos nas praias, restringindo o acesso. É a economia do pedágio.

O *shopping* é de livre acesso, mas qualquer pessoa da periferia sabe distinguir acesso e acesso. Quando jovens da USP fazem festa no *shopping*, são vistos como mocidade alegre. Quando jovens da periferia fazem o mesmo, a repressão é imediata. Criam-se espaços privilegiados, com a diferença apenas de que, em vez de cobrar entrada, deixa-se entrar quem tem recursos e provavelmente vai gastá-los. Certos *shoppings* sequer têm acesso a pé para assegurar a seleção.

O gradual cerco aos espaços livres, à brincadeira de rua, ao convívio solto com gente encontrada ao acaso, tem seu preço. Podemos sim pagar um pacote turístico, podemos pagar a mensalidade no clube, podemos ir assistir ao jogo da seleção pagando muito dinheiro. Os que não podem simplesmente se veem privados do acesso. Para quem tem dinheiro, a vantagem é dupla: tem o acesso e o sentimento de pertencer à elite.

É importante mencionar que as atividades de turismo, que permitem mudar de ambiente de vez em quando, as de lazer, que permitem espairar no fim de semana, ou de esporte, que permitem brincar mesmo sendo adulto – e não apenas assistir a um jogo na TV –, não constituem um luxo, mas necessidades básicas que propiciam a felicidade humana.

Quando se fala em desenvolver essas atividades, a referência é quase sempre uma visão de indústria do turismo,

do lazer e do esporte. E é, sem dúvida, o que predomina quando parte de iniciativas empresariais. Essa indústria é simplesmente necessária, sobretudo no plano dos intercâmbios internacionais. Mas, quando se orienta para a exclusividade – e a exclusão – em vez do convívio, gera problemas e tensões. Em conversa com turistas holandeses no luxuoso *resort* da Costa do Sauipe, na Bahia, eles se diziam maravilhados pelo luxo e pela beleza das praias, mas desiludidos porque o *resort* cercado podia estar em qualquer parte do mundo e eles queriam conhecer o Brasil, ter contato com brasileiros. Ninguém vai a Paris para se fechar num condomínio de luxo. E ir para a Bahia e não conviver com Salvador, com a riqueza cultural baiana, não faz sentido. Essa compreensão do lazer não como isolamento, mas como convívio, como enriquecimento cultural recíproco, nos leva a uma outra concepção desse setor de atividades.

A iniciativa pública articulada com poderes locais e movimentos sociais tem um amplo papel a desempenhar aqui. Cada praça ou parque – espaço de convívio e lazer – que é transformado em espaço comercial restringe a liberdade dos residentes do bairro, da cidade. Em Toronto, poucas pessoas investem em piscinas individuais, porque a cidade dispõe de numerosas piscinas públicas, e as escolas, além de ter piscinas, asseguram o seu uso pela comunidade. O custo de uma boa infraestrutura de piscinas e outras instalações repartido por milhares de usuários é mínimo, permitindo inclusive assegurar manutenção e segurança, além de assegurar um espaço de trocas e convívios.

No caso do esporte em geral a situação é crítica, pois, na ausência de espaços públicos, torna-se cada vez mais caro. Os adultos sentem muito o impacto desse *déficit*, mas crianças e jovens ainda mais. Um jovem na periferia, com pouca renda, tem quais opções? O esporte transformado em indústria nos leva ao sofá para assistir as habilidades de superatletas, comendo salgadinho e assistindo intervalos publicitários. Construir mais estádios aparece no PIB, mas manter áreas verdes, parques, espaços para jogar bola e brincar com as crianças não aparece como atividade econômica. O resgate de espaços de gratuidade é vital e exige não só forte presença do setor público, como é vital que se mobilizem as comunidades, as organizações da sociedade civil, para fazer contrapeso aos interesses imobiliários e semelhantes. E ter uma vida com lazer é uma atividade fim. Uma tarde passada em espaço aberto e livre com as crianças e amigos, não tem preço.

É interessante aqui confrontar os interesses pontuais e gerais. Uma empresa vê no espaço urbano uma oportunidade de fazer muito dinheiro. Saberá pressionar (ou contribuir para eleger) políticos, convencer um juiz, mobilizar a mídia para se apropriar da área. Os interesses de milhares de pessoas são interesses gerais, no conjunto muito mais importantes, mas que não têm a mesma capacidade de dobrar resistências a qualquer custo como um grupo que pode ganhar milhões. O prejuízo se dilui entre milhares de pessoas, mas vai reverter em custos enormes de perda de qualidade de vida, gastos com segurança, desorientação de jovens, reforço da desigualdade de acesso a essa dimensão essencial das nossas vidas.

■ HABITAÇÃO SOCIAL

Habitação envolve, naturalmente, muito mais do que a casa. Moradia talvez seja mais expressivo, pois vem com a conotação de contexto e vizinhança e o conjunto de atividades ligadas ao morar. Quando se trata propriamente de casas, em geral podemos colocar o assunto na área produtiva, no setor de construção. Considera-se iniciativa privada, dentro de certos limites, em que cada pessoa constrói a sua casa segundo suas posses, gostos e adequações de localidade. Mas, no quadro da desigualdade herdada, há uma evidente necessidade de intervenção pública, pois grande parte da população foi reduzida a uma situação em que não tem as condições mínimas para um investimento desse porte e mora frequentemente em condições sub-humanas, com impactos dramáticos para as famílias e, em particular, para a nova geração criada nessas condições.

Com a urbanização generalizada – hoje o Brasil tem cerca de 85% de população urbana –, a situação pode ficar catastrófica. Como o metro quadrado urbano é muito caro, quanto mais pobre é a família, mais irá construir à beira de córregos, em terrenos íngremes e sujeitos a desabamentos, em regiões de mananciais onde a construção regular é proibida, entre outros locais semelhantes. O resultado é que justamente nos lugares onde menos se deveria morar ocorre a maior densidade de habitação.

Gera-se com isso um conjunto de custos que aumentam exponencialmente. A contaminação gera doenças e custos de despoluição, as grandes distâncias entre o

emprego e a moradia geram sobrecarga de transportes, a ausência de infraestruturas gera uma grande vulnerabilidade social e multiplicação de problemas de segurança e assim por diante. A verdade é que, em termos econômicos, sai muito mais barato dar condições de vida decentes às pessoas do que enfrentar as consequências da marginalização e do desespero. E, naturalmente, um fator de primeira importância é que essas famílias perdem qualidade de vida. Ter uma massa grande da população que sofre por não ter acesso ao mínimo, num país rico, não faz sentido.

O impacto sobre os jovens é particularmente importante. Crianças e jovens representam cerca de um terço da população, mas não votam, não têm poder aquisitivo, não são organizados em sindicatos nem partidos, são politicamente mudos, manifestando-se apenas em explosões periódicas. Um jovem na periferia, com poucos recursos, e na ausência de espaços públicos e gratuitos de convívio, lazer, cultura e esporte, fica sem opções. A proposta da direita, nesse caso, é a redução da idade penal em vez da geração das políticas adequadas.

Não se mora apenas numa casa, mora-se numa rua, num bairro. A lógica de organização desse espaço é vital, e a organização passa por um processo muito ativo de intervenção municipal, com participação direta das comunidades interessadas. A geração de um processo decisório participativo é vital. Se quisermos humanizar um bairro, precisamos adotar as formas organizacionais correspondentes. As parcerias entre a administração pública

e as organizações da sociedade civil, unindo capacidade administrativa e financiamento com a capilaridade e inserção social dos movimentos, permitem que as iniciativas respondam efetivamente ao que as comunidades precisam.

E precisamos, naturalmente, nos dotar dos instrumentos correspondentes. Numa cidade como São Paulo, onde se constroem apartamentos de R\$ 15 milhões enquanto milhões vivem em regiões que inundam todos os anos por ausência de infraestruturas correspondentes, os que se cercam de luxo devem pagar os impostos municipais que lhes correspondem. É compreensível que advogados e juízes lancem ataques contra o aumento de impostos como o territorial urbano, que atingiria os seus clientes ou apadrinhados. Mas manter impostos proporcionais para os donos de grandes fortunas não faz sentido; é ridículo. E a batalha da mídia comercial e do Judiciário para manter tais desequilíbrios é lamentável.

A perda de qualidade de vida atinge a todos. Viver no luxo, em condomínios fechados, numa artificialidade e isolamento social permanente, é patológico. Mansões de luxo onde as crianças não podem brincar fora de casa por medo de assaltos e sequestros, com serviços de segurança instalados dentro da própria casa, guaritas e carros blindados, representam ostentação, e não qualidade de vida. Em Paris, não só o imposto territorial, mas um sólido imposto sobre grandes fortunas, que financiam a renda mínima, asseguraram que qualquer família possa passear a noite à beira do Sena e que qualquer jovem possa passear em qualquer parte da cidade. A cidade é das pessoas, da comunidade, não de

uma elite que se tranca em casas, em ruas policiadas, em *shoppings* de luxo, enquanto bairros pobres são assolados por criminalidade e sistemas medievais de repressão.

Aqui, portanto, fica bastante evidente que a intervenção pública é essencial. Mas a intervenção pública dificilmente saberá escapar às pressões das grandes empreiteiras, dos especuladores imobiliários e da oligarquia do dinheiro se não se constituírem formas mais democráticas de decisão. Em São Paulo, a criação das subprefeituras e a eleição de conselhos de residentes em cada uma delas constituem apenas os primeiros passos para começar a gerar novos equilíbrios. Onde funciona, a habitação social faz parte de um sistema integrado de geração de equilíbrios sociais, com forte presença da intervenção pública e um denso sistema de participação comunitária.

■ SEGURANÇA

Segurança não é repressão. Segurança é quando a repressão deixa de ser necessária. A violência, como o sexo, vendem bem na mídia, permitem rentabilizar as emissoras, elevam os pontos de audiência e, com isso, o valor da publicidade. Não há dúvida de que há uma indústria que vive da insegurança, em nome de a ela manifestar o seu horror. Alimentar o sentimento de vingança e não de justiça, propor a pena de morte ou aplicá-la na prática, ainda que seja ilegal, batalhar a redução da responsabilidade penal, tudo isso rende. Um moleque que faz um furto ou passa maconha, após um estágio em estabelecimentos penais, sai não só mais formado em crime como seguramente apadrinhado e organizado.

É importante deixar de lado a bÍlis, o verde dos ódios, para entender os mecanismos. Primeiro, há o crime organizado. São hoje máfias dos mais variados nÍveis, desde locais até internacionais, profissionalizadas, equipadas, com relações nos presÍdios, nas polÍcias e no Judiciário, frequentemente com representantes no Legislativo, apoiadas por sistemas bem rodados de transferências internacionais de dinheiro, contas em paraÍsos fiscais, apoio tÉcnico de bancos do porte do HSBC ou do American Express, para mencionar apenas os mais citados na mÍdia financeira.

A generalização da conectividade planetária permitiu que os grupos se articulem de maneira incomparavelmente mais ágil. São frequentemente intocáveis, não porque não se saiba quem são, mas justamente porque se sabe quem são. Numa reunião que tivemos com o juiz francês Jean de Maillard, um dos principais pesquisadores da área, explicava que a maior dificuldade em reprimir esse tipo de criminalidade não era de se descobrir os autores, mas de enfrentar as fronteiras fluidas entre o crime de rua, os administradores do crime de rua, os gestores dos sistemas ilegais, os grandes bancos que fazem a lavagem do dinheiro e empresas de porte, como supermercados ou *shoppings*, que foram financiados por esse dinheiro. O colarinho, à medida que se sobe na escala, torna-se cada vez mais branco, a ilegalidade cada vez mais diluída, há cada vez mais advogados e amigos poderosos, e nunca há uma fronteira nítida.

No nÍvel mais elevado, mas sem discontinuidades, temos, portanto, a criminalidade de colarinho branco.

Um estudo na França estimou que uma comparação entre os volumes roubados pelos batedores de carteira e semelhantes com as apropriações ilegais em operações bancárias fraudulentas é dificultada pelo fato das proporções serem qualitativamente diferentes. Essa parte da insegurança geral é pouco estudada. Basta dizer que envolve, segundo Kofi Annan, cerca de US\$ 38 bilhões anuais fraudados na África através do *mispricing* utilizado por empresas transnacionais, mecanismo que, segundo o Global Financial Integrity (GFI), tira ilegalmente do Brasil US\$ 35 bilhões por ano, várias vezes o montante total do Bolsa Família. Estes e outros fluxos alimentam o estoque de dinheiro alocado em paraísos fiscais, montante que o *Economist* estima em US\$ 20 trilhões, um pouco menos de um terço do PIB mundial. Processos recentes na justiça americana e europeia mostram os principais bancos do mundo fraudando clientes em massa nos cartões de crédito. Apresentamos esses mecanismos que nos privam do nosso dinheiro não com arma na mão, mas com sorrisos comerciais, no texto *Os estranhos caminhos do nosso dinheiro*, disponível *online*.¹⁸

Muito mais próximo das nossas preocupações, porque é mais visível, está o problema das drogas. Esta é outra área em que as pessoas tendem a apresentar um raciocínio que migra da cabeça para o fígado. E aqui também é importante fazer distinções. As folhas de coca mastigadas pelos

18. Editado pela Fundação Perseu Abramo – <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/13-Descaminhos-do-dinheiro-p%C3%BAblico-16-julho.doc>. Ver também *Como o sistema financeiro trava a economia* – <http://outraspalavras.net/brasil/bancos-o-peso-morto-da-economia-brasileira/> (2014).

indígenas desde sempre nunca mataram ninguém, ainda que a mídia de direita goste de apresentar Evo Morales como *cocalero*. Já um extrato químico como a cocaína, gerida e comercializada por grandes máfias e colarinhos brancos, coloca outro desafio. E compostos químicos como o *crack*, produzidos e comercializados em larga escala no mundo, são absolutamente destrutivos. Não são aqui necessárias nem folhas de coca nem plantações de papoula, nem quintais com maconha: são produtos sintetizados quimicamente, *commodities* por assim dizer, com produção em larga escala muito barata e um flagelo para a humanidade. A realidade é que no mundo da droga prende-se a vítima, o usuário ou o pequeno repassador da rua, mas não se mexe na máquina, nas empresas que produzem, nos circuitos que comercializam e nos bancos que lavam o dinheiro, fazendo a ponte entre o circuito ilegal e o legalizado.

O deslocamento recente vai no sentido de se ampliar a visão. Nas Nações Unidas, “a segurança humana se define como a condição de viver livre do medo e livre da necessidade”. Nessa visão mais ampla, temos de distinguir os níveis de criminalidade, com drástico reforço da repressão ao crime organizado, inclusive o de colarinho branco, e o tratamento de saúde, e não carcerário, dos usuários – que afinal estão fazendo mal a si mesmos e não a outros –, adotando políticas sociais relativas à imensa massa de pobreza que fornece a mão de obra ilimitada do sistema capilar do crime. Por enquanto, a repressão se abate apenas na parte de baixo da pirâmide social, onde seriam necessárias políticas de saúde e

sociais. No estrato superior, a repressão é mínima, como se constata com a virtual impunidade dos paraísos fiscais, que abrigam o dinheiro ilegal dos grandes bancos que o gerem e dos produtores e fornecedores de armas, que disseminam instrumentos de morte por todo o planeta.

O conceito de *cluster* de poder nos ajuda. Entre os grandes *traders* de droga, os policiais que cobram porcentagens para fechar parcialmente os olhos, os grandes grupos financeiros que organizam a lavagem do dinheiro, as empresas que comercializam as armas (e financiam as campanhas de legalização em nome da liberdade), os segmentos do Judiciário que legalizam as operações no nível do colarinho branco e os políticos e donos de mídia que enchem a boca de ética e de clamor por repressão em nome da proteção à nossa juventude; criou-se um universo pegajoso de interesses articulados. Quem paga é o moleque, de preferência pobre e negro.

Não há nenhuma proporcionalidade entre a população carcerária e a redução do crime, pelo contrário. Idiotices do gênero “tolerância zero” apenas levam ao surgimento de uma nova geração mais profissionalizada e a propinas mais elevadas para as polícias. As soluções estão na articulação inteligente da repressão, das políticas de saúde e das políticas sociais. E a dificuldade de se organizar a repressão no topo, no nível dos grandes organizadores do sistema mundial, é que, justamente, tal sistema é mundial, enquanto as polícias são nacionais. Dentro dessas limitações precisamos, sim, de uma política nacional que articule os diversos subsistemas de intervenção. São necessariamente

políticas públicas e com visão integrada. Mas também precisamos cada vez mais de articulações internacionais para o crime de grande escala.



Vimos assim setores de atividade na área de políticas sociais: saúde; educação; cultura e informação; turismo, lazer e esporte; habitação social; e segurança. São atividades fins, na medida em que ter uma vida com saúde, cultura, segurança é o que mais queremos. Mas não são produtos de prateleira, como a panela que compramos e levamos para casa. Constituem, essencialmente, sistemas de organização social. A complexidade econômica é radicalmente diferente, tanto que nunca faltam panelas nos supermercados nem camisetas (e um milhão de itens de utilidade duvidosa) na rua 25º de Março, mas temos imensas deficiências na saúde, educação e outros setores da política social. A explicação é simples: quem produz camiseta compra matéria-prima, faz o desenho, vende e, com o dinheiro da venda, compra mais matéria-prima e assim por diante. O sistema privado, empresarial, é muito mais simples nesse sentido, porque recupera o seu investimento numa rotação do ciclo.

No caso da educação ou da habitação social e outros setores das políticas sociais, é preciso cobrar impostos, gerar uma cultura comunitária, transformar o cotidiano das pessoas, obter a participação das organizações da sociedade civil, vencer a resistência política dos mais ricos, enfrentar

a mídia comercial que prioriza sempre a privatização. A saúde tem de chegar a cada pessoa; alguém que não se vacina coloca outros em perigo; o comportamento negativo de alguns jovens contamina o conjunto; a corrupção de um policial corrói tudo em volta. As políticas sociais exigem o envolvimento e a participação mais ampla da comunidade, o que, por sua vez, implica a geração de uma outra cultura política. E mudança cultural é um processo muito mais lento e complexo do que, por exemplo, a produção e a venda de painéis.

O desafio tem duas faces. Se, de um lado, é mais complexo assegurar essas políticas por exigirem forte articulação política e participação das comunidades, por outro essa exigência nos leva a uma dinâmica em que os avanços sociais constituem também avanços políticos: as políticas sociais constituem poderosas dinâmicas estruturantes da sociedade. Os países onde se priorizam as políticas sociais – o inverso do nosso “fazer crescer o bolo para depois redistribuir” – também encontraram o sucesso no plano das atividades produtivas em termos gerais. Ao reforçar o que podemos chamar de tecido social, com menos desigualdade, mais ambiente colaborativo, um conjunto de características que tem se chamado de capital social, tudo passa a funcionar melhor, como se tem constatado no Canadá, nos países nórdicos, na Holanda e outros.

No conjunto, são políticas em que o público e, em particular, o sistema público descentralizado e participativo têm funcionado muito melhor. Sistemas privados de saúde, de educação e semelhantes têm funcionado bem

apenas para elites, aprofundando em geral os desequilíbrios e empurrando os problemas para a frente, em vez de enfrentá-los. E a verdade é que o sistema público universal permite reduzir as desigualdades, ao igualar as oportunidades, e também os custos, gerando maior produtividade sistêmica. Vimos aqui as vantagens de piscinas públicas, como ilustração de que há um conjunto de atividades que se tornam baratas e acessíveis quando transformadas em política pública. Aliás, ficar sentado sozinho na própria piscina, pensando no cloro que está acabando ou no conserto do vazamento, é um contrassenso. Diferentemente das panelas e das bonecas Barbie, as políticas sociais são produtos de consumo coletivo: é melhor para todos quando todos têm acesso.

TROCANDO EM MIÚDOS: SISTEMAS DIFERENCIADOS E COMPLEMENTARES DE GESTÃO

○ que vimos anteriormente são vinte setores que agrupamos em quatro áreas: produção material, infraestruturas, serviços de intermediação e políticas sociais. Vimos alguns traços gerais de cada setor, o suficiente para entender a que ponto os diversos setores, e particularmente as diversas áreas, têm especificidades que levam a formas de organização diferenciadas. Resumir as formas complexas de organização econômica de uma sociedade moderna a alternativas entre o poder do Estado e o poder da corporação, com algum complemento de organizações da sociedade civil, simplesmente não resolve. As articulações são mais complexas e, sobretudo, diferenciadas.

A área de produção material é organizada, de forma geral, em unidades empresariais baseadas em propriedade privada e reguladas por mecanismos de mercado – e crescentemente dentro de um marco regulador do Estado, particularmente nos setores que lidam com recursos não renováveis e de oferta limitada, como no caso das atividades com forte impacto ambiental. O mercado continua a desempenhar um papel importante na organização econômica e social, mas temos de entender as suas limitações, em particular quando vários setores passam a ser dominados por gigantes que eliminam a concorrência e se tornam forças políticas.

As unidades empresariais, por sua vez, dependem, para a sua produtividade, de redes que as sustentem, constituídas por infraestruturas de transporte, de energia, de comunicação e de água e saneamento e que permitem que as unidades empresariais interajam e constituam um sistema econômico articulado. Essa área, que pode assegurar a coerência estrutural de milhões de empresas, bem como serviços essenciais para muitas famílias, precisa responder a uma lógica sistêmica e de longo prazo. É constituída por redes que cobrem o território com suas diversas especificidades e, para não serem capturadas por interesses privados, precisam obedecer ao interesse público mais amplo. Nesse sentido, trata-se de uma área de dominância do Estado de propriedade ou controle público e regulada por uma mão muito visível: o planejamento democrático, que permite que a sociedade e os diversos agentes interessados tenham a visão dos projetos e possam equilibrar os interesses.

Essas duas áreas, por sua vez, dependem de uma terceira que se tornou dominante no conjunto da economia, crescendo e absorvendo recursos muito maiores do que a sua contribuição produtiva. São os serviços de intermediação. Nessa área, que facilmente se transforma em economia do pedágio, é essencial assegurar sistemas equilibrados de contrapesos. Onde funcionam, constituem sistemas mistos com forte presença estatal, como no caso da intermediação financeira com grandes bancos públicos de investimentos e redes de bancos cooperativos ou de caixas locais de poupança, de maneira a reduzir os processos especulativos ou as práticas extorsivas de grupos privados.

Além de se constituírem sistemas mistos, é vital que haja sistemas de regulação muito operantes, obrigação legal de transparência (*disclosure*) e sistemas de auditoria correspondentes. É importante entender que a máquina pública deve participar das atividades como agente direto, sem o que não terá “dentes” para regular o conjunto. Sistemas ágeis de intermediação podem facilitar imensamente o funcionamento de todas as atividades econômicas, mas podem, com a mesma facilidade, passar a cobrar pedágios e travar o desenvolvimento, pois praticamente todas as atividades econômicas devem, de uma maneira ou outra, passar por suas mãos, como hoje constatamos tanto na esfera da finança internacional como no sistema bancário brasileiro. Essa necessidade de controle e regulação vale também para os outros setores de intermediação, como o comercial, jurídico e de informação.

A quarta área que vimos é a das políticas sociais, que constituem um investimento nas pessoas. Ainda há pouco tempo vistas como secundárias ou representando custos, hoje, com a complexidade cada vez maior de todas as atividades econômicas e das profissões, já se entende que as políticas sociais constituem uma condição prévia essencial do funcionamento de todos os setores – os sociais inclusive. Essa área está se agigantando e, pela sua dimensão de capilaridade – tem de chegar a cada indivíduo, a cada criança, a cada idoso – e pelo seu profundo enraizamento nas culturas locais ou regionais, necessita simultaneamente de uma forte dominância do setor público ou comunitário não lucrativo, de sólidas articulações com movimentos

sociais e de sistemas descentralizados de gestão participativa. A oportunidade que abre a urbanização, em termos de facilidade de gestão descentralizada e menos burocrática, é particularmente importante.

O que transparece também, nas diversas áreas analisadas, é que, contrariamente ao ditado popular de que tamanho não é documento, em economia o tamanho importa muito. O dilema colocado pelos gigantes corporativos, que geram oligopólios suficientemente poderosos para se apropriar de ministérios, de segmentos do Legislativo, da grande mídia e até de áreas do Judiciário, e que passam a cooptar instituições reguladoras como o Banco Central ou agências nacionais como Anatel e outras, é que estes deformam profundamente o objetivo central da economia, que é de promover um desenvolvimento equilibrado. Assim, a pequena e média empresa, flexível e capilar em termos de adaptação às necessidades de cada localidade e nicho de mercado, pode perfeitamente ser deixada à regulação pela concorrência, enquanto os gigantes têm de ser controlados para evitar, por exemplo, a crise provocada pelas corporações financeiras ou os escândalos das grandes empresas farmacêuticas mundiais.

No conjunto, a ideia-chave que trazemos aqui, é que precisamos evitar a redução das opções à privatização ou estatização e entender que diversas áreas e setores de atividades econômicas exigem mecanismos diferenciados de regulação, pesos diferenciados da intervenção pública ou da iniciativa privada, ou ainda das organizações da sociedade civil que passam a desempenhar um papel funda-

mental nas políticas sociais. Frequentemente, quando os problemas nos parecem demasiado complexos, apelamos para muralhas ideológicas e nos tornamos ideologicamente privatistas ou estatistas, o que nos permite assumir posições sem precisar entender a complexidade do quadro completo. Diferenciar os problemas, entender as especificidades, ajuda a construir novos rumos no que temos chamado de articulação de mecanismos diferenciados de gestão, e que Ignacy Sachs, por exemplo, chama de economia mista. O bom senso e a busca mais equilibrada do que funciona melhor ajudam bastante.

Um breve ensaio como este não pode, naturalmente, aprofundar uma série de aspectos do processo produtivo. No blog <http://dowbor.org>, que constitui uma pequena biblioteca científica de textos selecionados para acompanhar as transformações recentes, o leitor poderá encontrar livros e artigos disponíveis na íntegra e gratuitamente, permitindo detalhar os diversos aspectos aqui apresentados de modo breve.

SUGESTÕES DE LEITURA

○ leitor terá notado que, nos mais variados setores de atividades, estamos procurando novos rumos. As dinâmicas tecnológicas, em particular, e a própria complexidade e diversidade crescentes das nossas economias exigem formas de organização e de gestão mais sofisticadas, transparentes e democráticas. Esperar que uma mão invisível do mercado resolva, francamente, já não é realista, para dizer o mínimo. Como escreve Ignacy Sachs, estamos condenados a inventar, a inovar.

Um excelente documento da Cepal, *A hora da igualdade*, traz de maneira muito bem sistematizada o grande desafio das nossas economias, que é a desigualdade: trata-se aqui da democratização da economia, da reorientação dos processos produtivos em função do conjunto da sociedade, e não apenas das elites: <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/hora-da-igualdade-brechas-por-selarcaminhos-por-abrir-trigesimo-terceiro-periodo-de>.

Neste mundo em transformação, o meu ensaio *Democracia econômica* apresenta os principais eixos de mudança em curso e ajuda a formar uma visão de conjunto: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/12-DemoEco1.doc>.

Sobre a dimensão internacional dos principais desafios, vejam o artigo que escrevi junto com Ignacy Sachs e

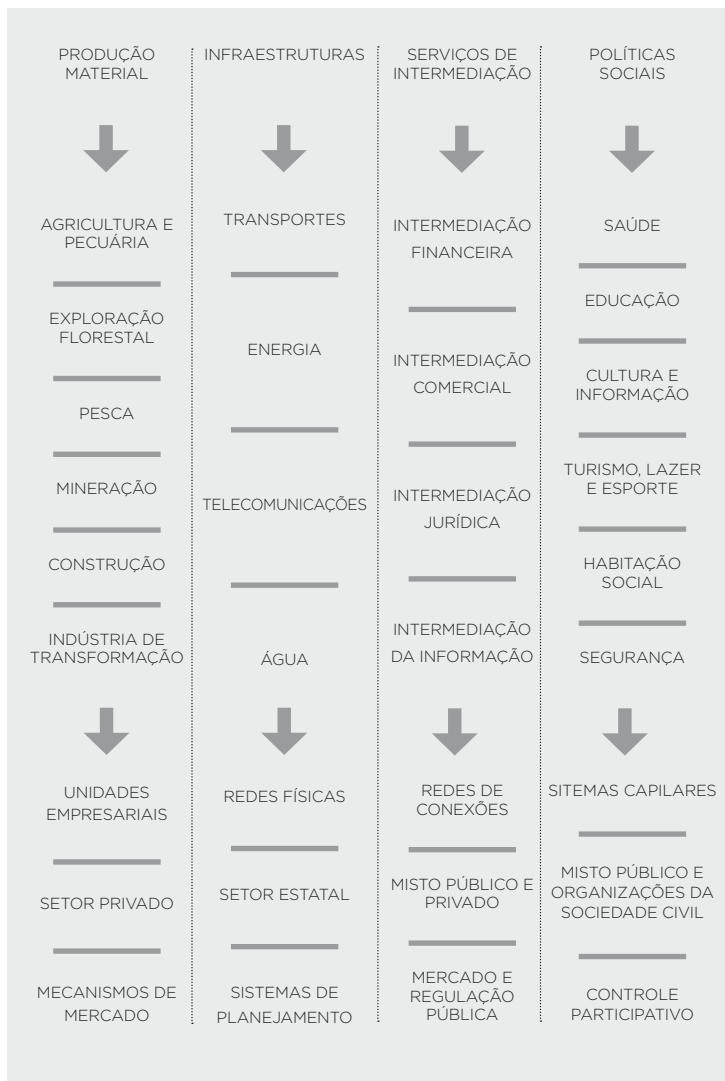
Carlos Lopes, “Crises e oportunidades em tempos de mudança”: <http://dowbor.org/2013/05/crises-e-oportunidades-em-tempos-de-mudanca-jan-2.html/>.

Relativamente aos desequilíbrios financeiros, um resumo das dinâmicas pode ser encontrado em publicações recentes da Fundação Perseu Abramo, em particular *A internacional do capital financeiro*, organizado por Joaquim Palhares; e o meu livrinho *Os estranhos caminhos do nosso dinheiro*.

E não esqueçam os excelentes filmes que explicam o funcionamento da economia, como *A corporação*, *Uma verdade inconveniente*, *Trabalho interno* e outros. Mais recomendações podem ser encontradas no meu blog <http://dowbor.org>, em *Dicas de leitura*, *vídeos*, além do *Mural*, que apresenta mês a mês novas publicações que surgem.

Economia não é só para economistas, trata-se do bolso de todos nós.

ÁREAS E SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA



SOBRE O AUTOR

LADISLAU DOWBOR é formado em Economia Política pela Universidade de Lausanne, Suíça, e doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976).

Atualmente é professor titular no Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de Economia e Administração. Continua com o trabalho de consultoria para diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, além de várias organizações do sistema “S” (Sebrae e outros). Atua como conselheiro no Instituto Polis, Cenpec, Idec, Instituto Paulo Freire, Conselho da Cidade de São Paulo e outras instituições.

A sua principal área de atuação é ensino e organização de sistemas de planejamento. Nos anos 1970, foi professor de Finanças Públicas na Universidade de Coimbra. A convite do ministro Vasco Cabral, tornou-se coordenador técnico do Ministério de Planejamento da Guiné-Bissau (1977-81).

Foi consultor do secretário-geral da ONU, na área de Assuntos Políticos Especiais (1980-81). Dirigiu vários projetos de organização de sistemas de gestão econômica, na qualidade de assessor técnico principal de projetos das Nações Unidas, em particular na Guiné Equatorial e na Nicarágua. É consultor de vários governos, particularmente para a organização de sistemas descentralizados de gestão econômica e social (Costa Rica, Equador, África do Sul).

No período 1989-1992 foi secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, respondendo em particular pelas áreas de meio ambiente e de relações internacionais.

É autor e coautor de cerca de 40 livros e de numerosos artigos. Pela Fundação Perseu Abramo publicou, em 2012, o livro *Os estranhos caminhos do nosso dinheiro*, que compõe a coleção O Que Saber.

O livro *O pão nosso de cada dia – processos produtivos no Brasil* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de XXXXX exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em papel Supremo 250g, e o miolo em papel Offset 75g.

Este pequeno livro busca ajudar quem quer entender de economia. Não haverá aqui nenhuma equação, nenhuma econometria. E tampouco haverá simplificações ideológicas.

O autor procura desvendar o que interessa. Descreve os desafios, ponto por ponto, apontando dificuldades e propondo soluções.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

